

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO DE HISTÓRIA

GILVAN LAGO DA SILVA

**DIÁLOGOS DA POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS  
APROXIMAÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS ENTRE BRASIL E CABO VERDE  
(1970-1990)**

SÃO LUÍS – MA

2019

GILVAN LAGO DA SILVA

**DIÁLOGOS DA POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS  
APROXIMAÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS ENTRE BRASIL E CABO VERDE  
(1970-1990)**

Monografia apresentada ao Curso de História da  
Universidade Estadual do Maranhão como parte dos  
requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em  
História.

Orientador (a): Prof. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva

SÃO LUÍS – MA

2019

GILVAN LAGO DA SILVA

**DIÁLOGOS DA POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS APROXIMAÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS ENTRE BRASIL E CABO VERDE (1970-1990)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador (a): Prof. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva

APROVADA EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva (Orientadora)**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Júlia Constança Pereira Camêlo (1<sup>a</sup> Examinadora)**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Márcia Milena Galdez Ferreira (2<sup>a</sup> Examinadora)**

SÃO LUÍS – MA

2019

## RESUMO

Este trabalho busca compreender as relações diplomáticas estabelecidas entre o Brasil e países do continente africano, especificamente aqueles que vivenciaram as lógicas de colonização portuguesa, como é o caso de Cabo Verde. A análise aqui proposta tem como foco os anos de 1970 a 1990, contexto pós-independência, e que constitui um período de intensas trocas políticas e comerciais entre os dois países. Este também constituiu um momento importante onde é perceptível as inclinações da política externa brasileira se estruturam a partir da implementação de projetos diplomáticos voltados para os países da chamada África portuguesa. Com base na documentação disponível no site da Embaixada de Cabo Verde no Brasil e da Biblioteca da Presidência da República, objetiva-se coletar e mapear os arquivos referentes aos discursos oficiais e aos projetos implementados entre os dois países.

**Palavras-chave:** Brasil. Cabo Verde. Relações diplomáticas.

## **ABSTRACT**

This work seeks to understand the diplomatic relations established between Brazil and countries of the African continent, specifically those that have lived the logic of Portuguese colonization, as in the case of Cape Verde. The analysis proposed here focuses on the years 1970 to 1990, a post-independence context, which is a period of intense political and trade exchanges between the two countries. This was also an important moment where it is noticeable that the inclinations of Brazilian foreign policy are structured from the implementation of diplomatic projects aimed at the countries of the so-called Portuguese Africa. Based on the documentation available on the website of the Embassy of Cape Verde in Brazil and the Library of the Presidency of the Republic, the objective is to collect and map the files referring to the official speeches and the projects implemented between the two countries.

**Keywords:** Brazil. Cape Verde. Diplomatic relations.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus familiares, em especial a minha mãe pelo apoio e carinho e a minha companheira Sâmea que sempre me incentivou ao longo da trajetória acadêmica.

A minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dra. Tatiana Raquel Reis Silva, pelas oportunidades que surgiram no decorrer desses anos de curso, meus sinceros agradecimentos.

A todos os professores do curso de História da UEMA, pelos ensinamentos recebidos.

Aos meus colegas e amigos da turma 2013.1 de História Licenciatura da UEMA. Foi uma longa jornada que trilhamos juntos e espero revê-los ao longo da vida.

Ao grupo de pesquisa do qual fiz parte, NEÁFRICA.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2 PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE CABO VERDE</b> .....	11
2.1 Descobrimto e colonização.....	11
2.2 Processo de independência de Cabo Verde.....	16
<b>3 DIPLOMACIA BRASILEIRA VOLTADA PARA O CONTINENTE AFRICANO</b> ...	20
3.1 A formulação da política africana do Brasil .....	20
3.2 A política africana: período militar a redemocratização.....	28
<b>4 ACORDOS ENTRE O BRASIL E CABO VERDE</b> .....	36
4.1 Câmara de Comércio Afro-Brasileira (CCAB).....	37
4.2 Tratado da Amizade e Cooperação.....	39
4.3 Acordo Comercial Brasil Cabo Verde.....	43
4.4 Memorando de Entendimento para Estabelecimento de um Programa Plurianual de Cooperação .....	44
4.5 Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP).....	46
4.6 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) .....	49
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	52
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	53
<b>ANEXO</b> .....	56

## 1 INTRODUÇÃO

As lutas nacionalistas ocorridas em vários países do continente africano, estão diretamente ligadas aos desdobramentos da história brasileira no pós-guerra, assim como a relação do Brasil com o centro da aliança ocidental, criaram condições favoráveis para a reconfiguração das relações diretas entre o Brasil e o continente africano. Nos anos de 1950 e no início de 1960 já era possível observar as novas inclinações atlânticas da política externa brasileira, essa aproximação seria fruto de uma nova visão acerca das potencialidades existentes no continente africano que poderiam ser benéficas para o governo brasileiro.

Para aproximar-se dos países africanos o governo brasileiro utilizaria das nossas proximidades históricas e culturais para legitimar e estreitar nossas relações com a África. O corpo diplomático brasileiro nos anos de 1960, começaria a moldar uma aproximação para com a África por meio do discurso de familiaridades e ancestralidade em comum com os africanos, essas características seriam perfeitas para discurso culturalista brasileiro.

Para os idealizadores da política africana o Brasil tinha uma dívida histórica para com os africanos, pois devíamos aos povos escravizados vindos de África, a nossa formação social e cultural da nação brasileira. Esse discurso de semelhanças históricas estreitou o caminho para os interesses do governo brasileiro, frente ao seu projeto de ser uma potência em ascensão. Todo esse contexto nos ajuda a entender a real finalidade da projeção brasileira para o continente africano.

No contexto pós-independência o mercado consumidor africano passou a ter lugar de destaque nos projetos político e econômicos nacionais. Dessa forma os discursos de irmandade no além-mar e de aproximações políticos culturais entre estes países se tornaram fundamentais. Tendo em vista a intensa influência e o legado deixado pelos africanos em nossa sociedade, percebemos toda uma política de valorização e aproximação com o continente, implementada pelo governo brasileiro através de projetos e programas diplomáticos.

A política africana do Brasil formuladas nos governos de Jânio Quadros e Jango destacavam que “que por sua vez, a África iria ajudar a impulsionar o Brasil industrialmente e a torna-lo mais independente” (DÁVILA, 2011, p.68).

Destacamos que em meios as nossas análises recorreremos aos recursos da História Política, no intuito de compreender o estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Cabo Verde. Neste sentido, a nova História Política buscou romper com os velhos paradigmas dominantes, para dar voz as massas. A História política tradicional tinha como objeto de estudo



a grande política dos grandes estados, conduzidas por grandes homens. Já para os historiadores da Nova História Política, buscavam dentro do anonimato das classes populares, uma melhor maneira para entender o seu papel social dentro das práticas cotidianas. A História Política nos ajuda a entender o debate acerca da identidade nacional, da etnicidade, da diferença, da subalternidade no centro da história da cultura mundial contemporânea e do campo das relações internacionais, problemáticas estas que são essenciais para compreender as relações diplomáticas estabelecidas entre Brasil e Cabo Verde.

A nova História Política buscou diferenciar seu objeto de estudo dos estudos políticos do século XIX, as análises feitas pelos historiadores políticos anteriores eram consideradas elitistas e ultrapassadas. Na segunda metade do século XX ocorreria mudanças quanto ao modo de se fazer história, uma nova corrente de renovação fez com que a História entrasse em contato com outras áreas da ciência, como a sociologia, a linguística e outros campos do conhecimento<sup>1</sup>. Enquanto a velha política permanecia descritiva e linear e voltada para os grandes personagens. A nova história política ia contra essas práticas estava preocupada com o indivíduo comum.

Após a independência das nações africanas surgirão condições favoráveis para a reconfiguração das relações diretas entre o Brasil e a África. Para a diplomacia brasileira existiam três grandes regiões no continente que poderiam propiciar a estabilidade e desenvolvimento econômico do país: a área norte da África, a África Atlântica, a África do Sul e a África de língua portuguesa. Essas regiões passaram a configurar canais facilitadores do estabelecimento de projetos e interesses do ativismo político de centro-esquerda. Mediante essa conjuntura, Ivo Santana (2004), afirma que a construção da imagem identitária cultural brasileira similar à do continente africano, interferiu diretamente nas trocas políticas, econômicas e culturais entre as regiões.

Para entendermos como se deram essas relações será necessário analisarmos a formulação da política externa brasileira para a África entre os anos de 1970 a 1990. No qual analisaremos o processo histórico da colonização e a luta pela independência de Cabo Verde do domínio português. Para respondermos esses questionamentos, buscou-se analisar obras clássicas e pioneiras sobre o estudo dessas relações entre Brasil e Cabo Verde, além de avaliar os arquivos obtidos no site da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP).

No primeiro capítulo analisaremos o contexto histórico da colonização das ilhas, além

---

<sup>1</sup> A chamada Escola ou Movimento dos Annales teve sua origem na França, em 1929, com a Revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloc. Como deixa claro o título da obra de Peter Burke, as concepções dos Annales causaram uma Revolução na historiografia francesa e, também, mundial.

mostrar como se deu o processo de independência e a criação do PAIGC e sua articulação política, diplomática e militar frente a opressão portuguesa.

No segundo capítulo mostraremos como foi formulada a política africana do Brasil para a África, abordaremos também como o discurso culturalista foi importante para esse processo de aproximação. Analisaremos a atividade diplomática do governo brasileiro referente ao período de 1950 a 1990, no qual será estudado o perfil de cada governante brasileiro e sua política para o continente africano.

No terceiro capítulo mapearemos os principais acordos estabelecidos entre Brasil e Cabo verde, além de analisarmos sua importância dentro do campo político e cultural dessas relações além de avaliar importância de cada acordo para entendermos a posição de cada país, frente as suas ambições e projeções estruturais, baseadas na cooperação.

## 2 PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE CABO VERDE

### 2.1 Descobrimto e colonização

A descoberta das ilhas de Cabo Verde, tem como data o ano de 1460 com a chegada dos navegadores Antônio de Noli e Diogo Gomes, a serviço da coroa portuguesa. Ao desembarcarem nas primeiras ilhas, as mesmas encontravam-se desabitadas, facilitando o processo de povoamento de acordo com os interesses da coroa portuguesa. As recentes ilhas descobertas foram doadas ao infante D. Fernando por meio de uma carta regia concedida por seu tio D. Afonso V em 3 de dezembro de 1460<sup>2</sup>.

O arquipélago é composto pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Fogo, Santiago, Brava e Maio, todas de origem vulcânica e com características climáticas áridas e semiáridas. Situado a 455 km da costa oeste do continente africano, o arquipélago corresponde a uma área total de 4.033 km<sup>2</sup> e com uma população de aproximadamente 500 mil habitantes, e tem como capital do país a cidade de Praia. No mapa abaixo podemos identificar o posicionamento geográfico de cada ilha.



<sup>2</sup> O documento mais antigo que se conhece sobre Cabo Verde é a carta Régia de 3 de dezembro de 1460, pela qual D. Afonso V, doa as ilhas, então descobertas, ao infante D. Fernando, seu sobrinho. Incluía essa doação, além dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, as cinco primeiras ilhas de Cabo Verde descobertas por Noli, ainda em vida do infante D. Henrique, ou seja, São Jacob (Santiago), Felipe (Fogo), a ilha das Maias (Maio), São Cristóvão (Boa Vista) e a ilha Lhama (Sal). (PEREIRA, 2011, p. 17).

Ao desembarcarem no arquipélago os portugueses logo perceberam as dificuldades iniciais que poderiam atrapalhar o processo de povoamento, pois a escassez dos recursos materiais e a animosidade do clima, fez com que tudo que os portugueses precisavam para dar continuidade ao processo de colonização, teria que vim de fora das ilhas. As ilhas mostravam-se desfavoráveis a ocupação humana e não dispunham daquilo que os portugueses buscavam, as especiarias e metais preciosos. (PEREIRA, 2011, p. 18).

A escassez dos recursos básicos para sobrevivência dos colonos dificultaria a fase inicial da colonização das ilhas. Foi a partir de 1466 que houve o povoamento mais intenso das ilhas, a primeira ilha a ser povoada seria a ilha de Santiago, pois apresentava melhores condições de vida para os colonos, a mesma seria dividida em duas capitânicas, chamadas de Ribeira Grande e Alcatrazes, doadas para Antônio Noli e Diogo Gomes ambos descobridores do arquipélago.

Os portugueses logo se atentaram para a importância geográfica das ilhas, pois os conjuntos apresentavam condições favoráveis para o projeto de expansão ultramarino português, e serviria como porto marítimo de abastecimento para as navegações portuguesas que se dirigiam a Índia e posteriormente para a América<sup>3</sup>.

Com a chegada dos primeiros colonos europeus e de escravos vindos da Guiné, surgiriam as primeiras plantações de algodão, milho e cana de açúcar como também a criação de animais. Já em 1515 a capitania de Ribeira Grande possuía um porto marítimo, de suma importância para a viagens portuguesas para o Atlântico Sul, e posteriormente favoreceria as transações comerciais portuguesas para Europa, África e América. Sobre o processo de povoamento de Cabo Verde Cardoso destaca:

Algumas ilhas permaneceram despovoadas durante longos períodos. O clima, as secas, as fomes, dificultaram o povoamento. Mesmas as que foram povoadas, porque pareciam ter condições naturais mais propícias à fixação das populações, não conseguiram sucessos significativos. (CARDOSO, 2007, p. 149.)

O povoamento das ilhas seria lento e difícil, as dimensões o clima e morfologia de cada ilha, seriam empecilhos para o desenvolvimento das ilhas. As características naturais das ilhas, a má governabilidade por parte da coroa portuguesa em Cabo Verde, seriam um obstáculo para o desenvolvimento da agricultura. O longo período de secas contribuía para que houvesse um grande número de mortes. O povoamento e manutenção administrativa foi um processo

---

<sup>3</sup> Em 1497, a armada de Vasco da Gama, a caminho da Índia, lançou âncora a vila da Praia (Atual capital Santiago) para se abastecer de víveres e água. Em 1500, Pedro Álvares Cabral, a caminho do Brasil, faz escala em Cabo Verde. (PEREIRA, 2011, p. 20).

diferenciado em cada ilha do arquipélago, o desenvolvimento econômico com o passar dos anos foram realizados de forma individual de cada ilha. A ilha de Santiago foi a que mais se mostrou propícia para as atividades comerciais e escravistas praticados pelos portugueses, o principal porto marítimo de Cabo Verde responsável pelas escalas de navegação portuguesa seria construído no povoado de Ribeira Grande.

A atividade comercial era feita por meio da troca “os navios que lá aportavam, além de escravos, faziam trocas de outros produtos tais como: milho e arroz trazidos da Guiné e vinho e trigo oriundos da Europa”. (MENDES, 2005, p. 17). Mais a atividade comercial que mais deu lucros aos portugueses, foi o tráfico de escravos. Sobre a atividade escravista praticada em Cabo Verde o historiador Daniel Pereira destaca:

O comércio escravagista da costa ocidental de África era controlado a partir da ilha de Santiago, onde na sua capital a cidade de Ribeira Grande (hoje Cidade Velha), era obrigatório o despacho dos escravos, para o pagamento dos competentes impostos devidos a coroa portuguesa. Nessa mesma ilha, deviam sofrer um longo processo de transformação sendo simultaneamente catequizados e batizados, antes da nova largada em direção as terras de Vera Cruz, ilhas Caribenhas, Colômbia, Honduras. (PEREIRA,2011, p. 29).

O tráfico de escravos seria a principal atividade lucrativa praticada pelos portugueses em Cabo Verde durante os séculos XVI ao XVII. O que era apenas um ponto de abastecimento e apoio para as naus portuguesas que navegavam no atlântico, passa a ter no comercio de escravos a sua principal fonte de renda, de lá sairia escravos destinados para a América. É valido destacar a importância da igreja católica no processo de colonização de Cabo Verde, coube a igreja católica difundir a cultura europeia e os ensinamentos cristãos.

Caberia aos padres ensinar os escravos a língua do colonizador, o ensino da língua facilitaria o contato com os portugueses, além de subalternizar as línguas faladas por diferentes grupos étnicos. Por mais que houvesse por parte da Igreja ensinar a língua do colonizador aos escravos africanos para facilitar a comunicação foi, aos poucos, transformada numa língua com maior facilidade de comunicação oral, nascendo assim a língua cabo-verdiana, o crioulo.

A maior parte da população cabo verdiana era composta por grupos étnicos vindos de diversas regiões na África, e por uma minoria branca era composta por europeus. O mestiço seria fruto do cruzamento de brancos e africanos, contribuiu para marcar o aspecto populacional das ilhas, a miscigenação seria um fator importante para a formação cultural, política e na formação da nação de Cabo-verdiana.

A administração do arquipélago limitava o desenvolvimento a apenas para Ilha de Santiago e ilha do Fogo, as outras permaneceriam despovoadas por um longo período. O povoamento seria tardio para o restante das ilhas. A política portuguesa desde o início da colonização via que por se tratar de terras que não possuíam riquezas minerais e naturais, limitou seu olhar apenas para o porto de Ribeira Grande, pois de lá fazia-se as transações portuguesas no atlântico. Sobre a colonização portuguesa Castro destaca que:

Portugal, por sua vez, realizou seu projeto de colonização a África sobretudo a partir do exemplo brasileiro. Usou as colônias como fonte de escravos a serem comercializados com o Brasil e, após a abolição, empreendeu significativo esforço político militar nas colônias, para evitar a influência, sobretudo econômica, de outras metrópoles mais poderosas, como a França e a Grã-Bretanha. O colonialismo português foi o mais duradouro e caracterizou-se pela presença maciça dos militares da metrópole nas colônias que buscavam a independência, contribuindo, assim, para a geração de uma das mais sangrentas etapas da guerra de libertação da África. (CASTRO, 1992, p. 12).

A limitação geográfica e climática do arquipélago levaria a intensos períodos de secas e fome para a população local. A renda estava concentrada as mãos de uma minoria branca, que gozava do poder político e econômico, enquanto a maioria a população formada por negros e mestiços vivia em situações de pobreza extrema:

Na primeira metade desse século floresceu uma classe social de senhores brancos que embora constituindo um grupo restrito, detentor do poder político, se dedicava a exploração e comercialização de algodão, tecidos e outros produtos" (CARDOSO, 2007, p. 149.)

Com o declínio das atividades escravistas no século XIX, fez com que o arquipélago sofresse diversas transformações em vários aspectos sejam eles estruturais, culturais e econômicos. A sociedade cabo verdiana dividiu-se em três classes sociais diferenciadas pelo poder político e econômico são elas a pequena aristocracia e grande burguesia, pequena burguesia mestiça e a população constituía pela maior parte da população. A pequena aristocracia e a grande burguesia eram detentora dos grandes privilégios assim como seus antepassados (traficantes de escravos), eram oriundos da Ilha da Madeira.

Já a pequena burguesia era formada por comerciantes brancos e mestiços, cujo o enriquecimento seria fruto das atividades desenvolvidas pelo Porto Grande da Cidade de Mindelo, tinham acesso ao ensino de qualidade, o que levaria a ocupar os principais cargos públicos dentro da administração colonial.

A pequena burguesia mestiça tinha na atividade comercial, artesanal e na produção agrícola seus recursos. Possuíam acesso ao ensino, e ocupavam pequenos cargos dentro da

administração colonial. E por fim a classe que representava 90% da população cabo-verdiana era formada por pescadores, reideiros, trabalhadores não qualificados, agricultores sem-terra, e mães chefe de família. Essa parcela da população eram descendentes dos escravos e assim como seus antepassados, viviam a margem da sociedade no excludente sistema colonial português, como destaca Cardoso:

Se até meados do século XVIII o arquipélago foi placa giratória do tráfego de escravos, com a extinção da escravatura parecia que esta classe social que esta classe social melhoraria a sua condição social e econômica, uma vez que os membros adquiriam o estatuto dos homens livres. Mas tal não viria acontecer. A II colonização em São Tomé e Príncipe, com a introdução do cacau e do café, preparou o caminho para um novo estatuto de serviçal que iria ser contratado para o trabalho nas roças, trabalho bastante penoso e muito mal remunerado e muito semelhante ao trabalho escravo. A penalizar ainda mais o trabalho destes deslocados estavam as diferentes condições climáticas dos dois arquipélagos: Cabo Verde com um clima seco, São Tomé com um clima equatorial de extrema humidade. (CARDOSO, 2007, p. 151).

Ainda no século XIX a divisão social econômica imposta por Portugal em Cabo Verde ainda seria um fator de exclusão para os grupos que compunham a sociedade cabo verdiana. A renda continuava nas mãos dos burocratas e proprietários de terras, enquanto população mais pobre carecia de estruturas econômicas, políticas e sociais.

O governo português empreendia poucos investimentos estruturais referentes ao desenvolvimento estrutural voltados para minimizar os problemas ocasionados pelas secas e pela fome, as poucas ações que tomavam eram destinadas para a elite local<sup>4</sup>. A falta de políticas econômicas, estruturais e educacionais para o restante da sociedade fez com que houvesse um intenso processo de migração interna, no qual muitas pessoas saiam do campo em busca de melhores condições na cidade. O problema estrutural e econômico das ilhas fez com que muitos cabo-verdianos buscassem melhores condições vida em outros países africanos ou fora do continente, muitos iam para Guiné, Senegal, Estados Unidos, Holanda e São Tomé e Príncipe.

Os cinco séculos de ocupação portuguesa moldaram a sociedade cabo-verdiana, os aspectos culturais europeus inferiorizaram tudo que era de origem africana, a língua e a religião eram banidas do convívio social dos cabo-verdianos. Tudo deveria seguir um padrão defendido pelo colonizador português, deixando a margem os elementos culturais dos colonizados.

---

<sup>4</sup> Essa elite, educada e esclarecida ideologicamente, passou a ser empregada nos quadros tecno-burocratas do governo português, onde a metrópole usava esses cabo-verdianos como correia de transmissão da administração colonial. (RIZZE, 2012, p. 54).

## 2.2 Processo de independência de Cabo Verde

No dia 05 de julho de 1975, foi proclamada a independência de Cabo Verde após cinco séculos de exploração do sistema colonial português. A atuação política e militar estabelecida por uma aliança existente entre Cabo verdianos e guineenses<sup>5</sup> foram cruciais para derrota do colonialismo português. Os movimentos de resistência contra os grandes impérios coloniais na África, passam a ser recorrentes a partir da II Guerra Mundial. Com o fim da II Guerra Mundial as potências europeias estavam fortemente abaladas economicamente o colonialismo mostrava-se ultrapassado frente a nova ordem mundial.

A luta contra a presença portuguesa em Cabo Verde e Guiné Bissau, intensificaram-se a partir dos anos 50. Portugal foi o primeiro país europeu a fixar colônia no continente africano<sup>6</sup>. Seu sistema de dominação seria caracterizado como o mais brutal e genocida do colonialismo em África. A violência causada pela escravidão, roubo e exploração de riquezas do continente africano, e a sua insistência em ser o último país europeu a manter-se em solo africano, ocasionaria as primeiras ações em prol da independência e autonomia dos colonizados.

A luta pela independência de Cabo Verde e Guiné Bissau iniciou-se em 1956 com a criação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)<sup>7</sup>. Criado por guineenses e cabo verdianos que estudaram em universidades portuguesas, seriam motivados pelo desejo de acabar com a humilhação e descontentamento sofrido pelo seu povo, frente aos séculos de ocupação portuguesa em seu território. O PAIGC seria a primeira organização nacionalista da história de Cabo Verde e Guiné-Bissau a lutar pela independência e autonomia política dos dois povos, Serrano destaca que:

Com início da luta armada nas diversas colônias, a prisão de militantes e a fuga para o exterior de outros, e o encerramento, em 1964, da Casa de Estudantes do Império, os intelectuais dedicavam-se sobretudo as atividades político-militares de seus partidos na luta pelas independências. Se o colonialismo português em África teve formas diferentes conforme o espaço ocupado no confronto com as populações locais, também as respostas na luta pela independência das diversas colônias foram diferentes. (SERRANO, 1992, p. 91).

---

<sup>5</sup> A luta de libertação pela independência de Cabo Verde não pode ser separada da Guiné-Bissau, uma vez que apenas um movimento partidário binacional – o PAIGC – teve influência nesta luta, o que de certa forma foi vantajoso, pois houve uma centralização de forças para o mesmo objetivo. Por isso, “A unidade é a nossa força principal” (PAIGCb, 1974, p.14) tornou-se o lema do partido. (PEREIRA, 2013, p. 36).

<sup>6</sup> A conquista de Ceuta, no norte de África, em 1415 deu início a expansão colonial portuguesa. (PEREIRA, 2013, p. 15).

<sup>7</sup> Em 19 de setembro de 1956 foi criado o Partido Africano para a Independência (PAI) por Amílcar Cabral, Aristides Pereira e Luís Cabral e outros nacionalistas cabo-verdianos e bissau-guineenses, em Bissau. Em 1960, o Partido passa a se denominar Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. (RIZZI, 2012, p. 63).



O PAIGC tinha como objetivo a luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde e a união dos dois países. O partido mobilizava-se dentro da clandestinidade e tinha fins pacíficos na sua luta pela independência, de início suas atividades estavam pautadas em ações mais simples, como convocar greves e realizar atos contra o autoritarismo português. O governo português mostrava-se incapaz de dialogar e tornava-se mais repressivo contra os membros do partido, sobre essa repressão Rizzi destaca:

A repressão da Polícia Política Portuguesa (PIDE) obrigou os seus dirigentes a se refugiar nos países vizinhos (Senegal e Guiné Conacri). Como Portugal se demonstrava receptivo ao diálogo para encontrar uma saída política para a independência da Guiné e Cabo Verde, o PAIGC recorreu à luta armada, iniciada em 23 de janeiro de 1963 na Guiné-Bissau, pois as condições políticas, as bases logísticas e também os fatores externos eram mais favoráveis neste país do que em Cabo Verde. (RIZZI, 2012, p. 65).

A descolonização do continente africano após a II Segunda Guerra Mundial tomaria novos rumos, pouco a pouco as potências coloniais mostravam-se enfraquecidas devido as dificuldades econômicas e pela intensificação dos movimentos nacionalistas que lutavam pela independência dos povos africanos. Houve também a criação de novas organizações mundiais, que defendiam o fim do colonialismo africano, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização da Unidade Africana (OUA) seriam de suma importância para acelerar o processo de descolonização e luta pela autonomia dos povos africanos. Ambas organizações vieram para dar suporte a libertação dos povos colonizados.

O governo português sob a liderança do ditador Antônio Oliveira Salazar não estava interessado em seguir o exemplo das potências europeias quanto a libertação das suas colônias. Salazar via na colonização portuguesa na África uma espécie de obrigação para o bem-estar dos povos dominados. Esse bem-estar seria efetuado por meio da colonização e evangelização, seria “uma concepção de nação-raça lusitana, pluricontinental e plurirracial” (COUTINHO, 2015, p. 15). Sobre essa resistência portuguesa frente a libertação de suas colônias Pereira destaca:

Esta política de “remar contra a maré da descolonização devia-se à fragilidade social e econômica que o país vivia. Portugal era um país pobre, atrasado, pouco instruído, avesso ao progresso da Europa e perder suas colônias transformava-o num país sem interesse para o investimento das outras potências mundiais, e, conseqüentemente, mais empobrecido e isolado do resto da Europa. (PEREIRA, 2013, p. 28).

A insatisfação contra o colonizador frente as crises econômicas, a fome e a seca que assolavam Cabo Verde e Guiné no final da década de 60 e início 1970, fez com que houvesse

uma intensificação das ações contra o regime português. O líder do PAIGC Amílcar Cabral<sup>8</sup> continuava a denunciar as arbitrariedades praticadas contra os colonos na ONU e OUA. Por meio dessas denúncias Cabral tentou conseguir o maior número de apoio entre alguns países europeus e países recém libertados a pressionar o governo português reconhecer a liberdade dos dois países.

A ação diplomática de Amílcar Cabral frente aos portugueses, não surtia efeito nas negociações. No ano de 1959 vários estivadores do cais de Pidguiti, em Bissau, faziam um protesto para que houvesse o aumento de salário, a administração colonial incapaz de dialogar com esses trabalhadores, optou pela truculência e acabou massacrando cerca de 50 trabalhadores. Esse crime causou uma enorme indignação na população nos dois países.

O PAIGC passa a enxergar na luta armada a melhor solução para pôr fim a opressão imposta pelos portugueses. A estratégia proposta pelo PAIGC seria mobilizar e treinar os camponeses, para combater as forças metropolitanas nas zonas rurais. A grande resposta armada dos colonos partiria das matas da Guiné, já que a dispersão geográfica das ilhas de Cabo Verde dificultava a movimentação militar dentro as ilhas<sup>9</sup>.

As táticas adotadas pelas tropas do PAIGC tinham na guerra de guerrilha sua especialidade, toda a ação militar ocorreria dentro de Guiné-Bissau, no qual as tropas militares do PAIGC utilizariam a seu favor o conhecimento geográfico da região, para praticar emboscadas contra o inimigo. Já para as tropas portuguesas a falta de conhecimento da região, fez com que sua defesa fosse ineficaz a ação revolucionaria dos rebeldes.

No ano de 1973 o PAIGC tem sua maior baixa, seu principal articulador político e militar é assassinado, as causas que levaram ao assassinato de Amílcar Cabral ainda são desconhecidas. É valido destacar que a liderança revolucionaria de Amílcar Cabral criou um

---

<sup>8</sup> Amílcar Cabral nasceu em Guiné Bissau, em 1924, era proveniente de uma Família que tinha uma condição financeira remediada. Seu pai era professor o que pode ter contribuído para cedo ainda Cabral despertasse gosto pelos estudos. Em 1932, juntamente com sua família, Cabral muda-se para Cabo Verde. Em uma realidade marcada pela seca e pela pobreza como a das ilhas vai surgir à vontade, no futuro líder do PAIGC, de estudar Agronomia, uma vez que considerava a questão da terra fundamental para a superação da extrema pobreza do país que vivia. Cabral, em 1945, deixa Cabo Verde rumo a Lisboa para estudar agronomia, mas foi além dos estudos nessa área, aprofundou seus conhecimentos culturais e políticos ao entrar em contato com o movimento da negritude dirigido por Léopold Sédar Senghor, importante defensor da luta pela libertação dos africanos e da valorização da identidade africana. Cabral torna-se, também, diretor da Casa da África em Lisboa e funda o Centro de Estudos Africanos, que tinha como objetivo discutir as problemáticas do continente africano. Amílcar Cabral volta para a Guiné com a convicção de que deveria livrar esse país e Cabo Verde do colonialismo português. (MENDES, 2014, p. 28/29).

<sup>9</sup> Cabo Verde, agia de forma diplomática, procurando apoio político e militar em outros países e politicamente, sensibilizando as populações com a elaboração de panfletos que eram distribuídos os dois países, destacando a importância da luta. (PEREIRA, 2013, p. 34).

espírito de unidade nacional, esse espírito nacionalista há muito tempo estava adormecido, por causa da opressão causada pelos colonizadores portugueses. A conscientização do povo, principalmente das zonas rurais foram fundamentais para obter avanços, na luta pela independência.

A luta iniciada pelo PAIGC, após treze anos lutas contra as tropas portuguesas teria como resultado a tão sonhada independência do povo guineense no dia 26 de agosto de 1974. Um encontro seria organizado na cidade de Argel no qual os portugueses assinariam um acordo reconhecendo a independência de Guiné-Bissau. O PAIGC passa a ser reconhecido como único e legítimo representante dos povos da Guiné –Bissau e Cabo Verde.

Em dezembro de 1974 o governo português juntamente com o PAIGC, assinam um acordo, em que os portugueses se comprometiam a conceder a independência para os cabo verdianos em um curto período de seis meses. No dia 5 de julho de 1975, a Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde reuniu-se pela primeira vez para proclamar a independência do país.

Após a independência Cabo Verde seria governado por Aristides Pereira, principal líder do PAIGC em Cabo Verde. Ao assumir encontrou um país assolado pelas crises de fome e seca, a falta de recursos básicos e estruturais faziam parte da realidade de Cabo Verde. As primeiras medidas a serem tomadas seriam voltadas para sanar os problemas estruturais além de investir em políticas que impulsionassem o desenvolvimento do país. O sistema político adotado seria o monopartidaríssimo, baseado na centralização do poder. Coutinho evidencia que:

O argumento para a implementação do regime monopartidário seria pela legitimidade histórica, ou seja, pela luta da independência, o PAIGC/PAICV se intitulava o responsável pela unidade nacional e o salvador da nação cabo-verdiana e por isso competia somente a ele governar o país. (COUTINHO, 2015, p. 30).

Algumas políticas pouco adequadas agravaram, contudo, nos anos oitenta, os problemas do país. A unificação com a Guiné é abandonada em 1980, na sequência de um golpe de estado. O PAIGC dá lugar ao PAICV, restringindo a sua ação a Cabo Verde. Em 1991, foi finalmente estabelecido um regime democrático. Em janeiro deste ano, nas primeiras eleições livres do país, Aristides Pereira foi afastado da presidência, dando lugar ao MPD partido com o pendor social democrata, que buscou promover do desenvolvimento equilibrado em todas as ilhas, além de focar na formação de recursos humanos. A implementação desses projetos consistia em ações essenciais para a melhoria do bem-estar dos cabo verdianos.

### 3 DIPLOMACIA BRASILEIRA VOLTADA PARA O CONTINENTE AFRICANO

#### 3.1 A formulação da política africana do Brasil

A atuação da política externa brasileira para o continente africano na década de 1950 é caracterizada pela manutenção do alinhamento com as potências ocidentais e as constantes ambiguidades em relação ao colonialismo. O governo brasileiro seguia a lógica de desenvolvimento e crescimento do país a qualquer custo e por isso buscou privilegiar uma política de alinhamento com os EUA visando garantir ganhos econômicos com base em financiamentos externos.

A aproximação com a África durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) seria caracterizada por uma relação pautada nos interesses brasileiros para conseguir o seu projeto de país em ascensão frente a região atlântica “Ela poderia ser espaço de manobra, e de fato foi, para certos movimentos da política externa brasileira, na garantia de financiamentos para o desenvolvimento” (SARAIVA, 1996, p. 26). O governo brasileiro era convicto de o seu desenvolvimento estava aliado a manutenção das relações com as potências ocidentais e por isso fica claro o seu apoio ao colonialismo na África. Sobre a questão Penha destaca que:

Num primeiro momento, ela foi usada como espaço de manobra, vis-à-vis aos Estados Unidos e aos países europeus no sentido de garantir o financiamento para o desenvolvimento brasileiro. Isso explica o silêncio da diplomacia brasileira no tocante aos movimentos de descolonização do continente africano, no final da década de 1950. Esta percepção tinha por referência no plano interno, o projeto de nacional-desenvolvimentista com vistas de subdesenvolvimento e, no plano externo, a posição de fragilidade do Brasil face ao quadro internacional dominado por superpotências. (PENHA, 2011, p. 152).

Os alinhamentos com as potências ocidentais eram pontuais para o projeto de desenvolvimento econômico do governo brasileiro e a aproximação com a África seria fruto do seu desejo de conseguir um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1946. (RIZZI, 2012). A África do Sul foi o único país com o qual o Brasil tinha relações no continente, os militares brasileiros destacavam sua importância estratégica em relação aos interesses da aliança ocidental no continente. Brasil e África do Sul partilhavam da mesma ideologia que visava proteger a região de possíveis ameaças externas do comunismo.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> Durante a segunda guerra mundial, a importância da área para o equilíbrio de forças no mundo ocidental. Os limites ideológicos e estratégicos criados pelas nações conceituais da Guerra Fria, mais que interesses precisos na área comercial, aproximavam os dois países. (SARAIVA, 1996, p. 30).

A política externa do governo de Getúlio Vargas (1951-1954) seria caracterizada pela busca de autonomia frente ao cenário internacional, baseado no alinhamento com as potências ocidentais principalmente com os Estados Unidos. A política de desenvolvimento a qualquer custo existente na década de 1950, era o objetivo principal dos quadros da política nacional como destaca “objeto de atenção de políticos, diplomatas, industriais, militares, intelectuais, sindicatos e outros setores do Estado e da sociedade civil.” (SARAIVA, 1996, p.31).

O crescimento e desenvolvimento econômico do país era destaque nos diversos quadros da sociedade brasileira. As relações com Portugal durante o governo Vargas seriam intensificadas com a assinatura em 1953 do Tratado da Amizade e Consulta<sup>11</sup> com o governo português, esse tratado estreitaria os laços existentes entre os dois países, ao assinar esse acordo o governo brasileiro fazia-se favorável ao alinhamento e manutenção do colonialismo português na África.

As ações da diplomacia brasileira para o continente africano ainda estavam marcadas pelo forte alinhamento com o governo português, houve momentos em que o desenvolvimento e autonomia dos povos na África eram defendidos pelo governo brasileiro, mas com algumas ressalvas como aponta Saraiva (1996, p.32) que o reconhecimento de Vargas pela necessidade de desenvolvimento das regiões atrasadas incluía a noção da permanência da colonização.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) a orientação da política seguia os moldes do governo Vargas por meio do alinhamento político com os Estados Unidos e silenciamento sobre as questões coloniais na África.

Seu governo tinha um tom mais nacionalista que buscava ser a principal liderança política e econômica da América Latina. O alinhamento ao governo americano estava associado a política de barganha que o Brasil estava disposto a aceitar para satisfazer seus projetos desenvolvimentistas. O subdesenvolvimento era um entrave para o governo brasileiro e visto como um risco para o continente e para combater essa ameaça, o vínculo cooperacional com ocidente seria priorizado.

A política externa de JK também se manteve em silêncio sobre as questões africanas sua orientação política seria direcionada para Portugal. A relação entre os dois países era vista como um laço familiar e de admiração “Juscelino manifestava amor genuíno por Portugal e admiração

---

<sup>11</sup> O tratado fora ratificado um ano depois de sua assinatura, e continha nove artigos estabelecendo a consulta mútua entre as duas partes, em assuntos internacionais, além da Comunidade Luso-Brasileira no mundo (RIZZI, 2012, p.85).

por Salazar, mas também valorizava o peso político da colônia portuguesa no Brasil” (DÁVILA, p. 41). O Brasil e sua relação fraternal e paternalista com Portugal seriam foco de destaque na atuação brasileira na ONU, em muitas votações na Assembleia Geral das Nações Unidas o Brasil votaria em questões favoráveis aos portugueses como ressalta Saraiva

Na XV Assembleia-Geral da Nações Unidas, em 1960, o Brasil votou, simultaneamente, a favor da Resolução para a Garantia da Independência dos Povos e Países Coloniais- e contra outra resolução que requereria de Portugal providencias no sentido de encaminhar informações acerca das colônias na África (SARAIVA, 1996, p.42).

Após essas votações contrárias referentes a autonomia dos povos africanos, houve dentro do próprio corpo diplomático do Itamaraty posições contrarias a política de omissão adotada pelo governo. Diplomatas e intelectuais viam de forma negativa as alianças feitas com o governo português e Washington, de acordo com Saraiva (1996, p.43) as vozes de Oswaldo Aranha, Álvaro Lins, José Honório Rodrigues, Adolpho Justo Bezerra de Meneses, Tristão de Athayde e Eduardo Portela romperam o silêncio sobre a posição brasileira frente a descolonização africana.

Dentre todos os citados acima e válido destacar a atuação do diplomata Adolpho Justo de Bezerra de Meneses autor do livro O Brasil e o mundo Ásio-africano, o lançamento desse livro em 1956 seria um marco sobre as relações entre o Brasil, África e Ásia. Meneses acreditava que a política externa brasileira teria quer ser voltada para uma dinâmica que abrangesse novas perspectivas fora das alianças pro-Estados Unidos e Europa e sim uma política externa voltada para o Atlântico e para a África. Essa dinâmica defendida por Meneses também seria compactuada por Rodrigues

A política exterior da Presidência Kubitschek comprometeu demais o Brasil com Portugal, ao prometer-lhe o voto nas Nações Unidas, quando as notas interpretativas do Tratado de 1953 eliminavam o “Ultramar” da comunidade. O Brasil tem sido um trunfo para Portugal; a comunidade só nos poderia ter interessado se tivesse sido “africanizada” e “ultramarinizada” (RODRIGUES, 1961, p. 320).

O nascimento de uma política voltada para o continente africano seria tem origem no governo de Jânio Quadros (1961). Quadros daria continuidade ao processo de aproximação com o continente africano diferenciando-se dos governos anteriores, que defendiam um alinhamento com os Estados Unidos e Europa. A nova política africana no governo Quadros seria marcada por uma nova reorientação política que tinha como destaque o posicionamento contra o colonialismo e não alinhamento aos Estados Unidos. A chamada Política Externa Independente

(PEI)<sup>12</sup> seria o trunfo do Itamaraty para a autonomia do Brasil, frente as questões do cenário internacional. Jânio juntamente com o Ministério das Relações Exteriores queriam romper com a política tradicionalista e de alinhamento para buscar novas parcerias comerciais e políticas.

É partindo dessa convicção o Brasil deixaria de lado relações baseadas em preconceitos ideológicos oriundos da guerra fria, para dar lugar a novas parcerias que ultrapassam os limites geográficos impostos pelo Ocidente “a Política Externa Independente (PEI) postulava diretrizes universais e não excludentes, que vislumbravam possibilidades para o Brasil afirmar-se como ator influente no cenário internacional” (PENHA, 2011, p. 155).

A criação da PEI seria um marco nas relações externas do Brasil Quadros foi o primeiro presidente a formular uma política para África um fator importante que resultaria na abertura da primeira embaixada brasileira em Acra, Gana em 1961 e no ano seguinte outras embaixadas seriam abertas no Dakar (Senegal) e Lagos (Nigéria). Em uma mensagem enviada para Congresso Nacional em 1961<sup>13</sup> Jânio Quadros enfatiza que a política exterior do Brasil seria uma arma contra o colonialismo e o racismo (SARAIVA, 1996).

O quadro de mudanças proposto pelo nascimento da política africana foi perceptível pela forte atuação de um dos idealizadores da PEI o Ministro das Relações Exteriores Francisco Clementino de San Tiago Dantas, em sua gestão entre os anos de 1961/62 Dantas proporcionaria mudanças estruturais no Itamaraty vindo a criar a Divisão da África (DAF) essa divisão e outras ações teriam como propósito aproximar os laços com o continente africano.

Outra ação tomada por Jânio Quadros foi a indicação de Raymundo Sousa Dantas como embaixador brasileiro em Gana, Sousa Dantas foi “o primeiro embaixador brasileiro em um

---

<sup>12</sup> Vizontini ressalta os princípios da Política Externa Independente: 1-exportações brasileiras para todos os países, inclusive os socialistas; 2- Defesa do direito internacional da autodeterminação e da não-intervenção nos assuntos internos de outros países ( aplicados em relação a Cuba); 3- Política de paz, desarmamento e coexistência pacífica nas relações internacionais; 4- A poio a descolonização completa de todos os territórios ainda submetidos; 5- Formulação autônoma de planos nacionais de desenvolvimento e de encaminhamento da ajuda externa ( VIZENTINI, 2002 p.23).

<sup>13</sup> Não menos importantes, hoje em dia, do que os laços tradicionais que nos ligam à Europa, são os interesses, aspirações e pontos de contato entre o Brasil e os povos da África e da Ásia. Com todos eles, praticamente, estão irmanados na luta pelo desenvolvimento econômico, pela defesa dos produtos de base, pela industrialização a vida nacional de todas as camadas da população. Da mesma aspiração de paz mundial participamos e com o mesmo fervor e a mesma disposição de agir nos conselhos mundiais pela redução das tensões. Somos um povo de todas as raças, em quem a cor, a religião, a filiação política é irrelevante e o indivíduo vale pelo que é. Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, com a sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais, repetimos todos sem exceção, atinjam-se sua independência, no mais breve prazo possível e nas condições que melhor facultam sua estabilidade e progresso (QUADROS, 1961, p. 97).

país africano e também o primeiro e único embaixador negro do Brasil” (DÁVILA, 2011, p. 55). A ida de Sousa Dantas para a África foi marcada por inúmeros desconfortos, o Itamaraty não viu com bons olhos a indicação de um jornalista para ocupar um posto diplomático tão importante, a imprensa brasileira e o intelectual José Honório Rodrigues seguiram a mesma linha crítica quanto a indicação de Dantas. Rodrigues ressalta “ninguém deve ser, nesta República, escolhido por sua cor, mas por suas qualificações morais e intelectuais. E muito menos sentido teria determinar que caberia a um homem de cor tratar de assuntos africanos” (RODRIGUES apud DÁVILA, 2011, p. 60).

A indicação de um jornalista para a Embaixada brasileira em Gana foi de cunho emergencial, pois, como não havia negros na diplomacia brasileira, a escolha de um embaixador negro fazia parte da estratégia de Jânio em mostrar que havia dentro da sociedade brasileira uma harmonia racial. Esse aspecto positivo da democracia racial enfatizada pela política externa, em si era uma falácia, pois, o próprio corpo diplomático do Itamaraty era formado por uma elite branca<sup>14</sup>, que não perdeu tempo em efetuar severas críticas a uma pessoa que não tinha qualificações diplomáticas para cargo tão importante. Sobre essa questão Dávila afirma

Para a opinião geral e especialmente dele própria, a missão de Sousa Dantas como embaixador foi um desastre. Sua chegada à Acra ocorreu pouco depois da renúncia de Jânio, e o novo embaixador se viu sem apoio político e rejeitado por seu próprio ministério (DÁVILA, 2011, p. 60).

Segundo Rodrigues, o Brasil deveria pensar como uma nação intercontinental que seria conduzida a África por meio do Atlântico Sul “a que tudo nos liga, desde as similitudes da geografia (clima, solos, vegetação), até as forças étnicas, as precedências históricas e os interesses econômicos” (RODRIGUES, 1961, p. 346). É partindo dessas similitudes existentes entre o Brasil e a África que o governo brasileiro, irá projetar sua imagem para o continente africano. Saraiva (1996) ressalta que os laços de “familiaridade” e “história em comum” seriam adotados pela diplomacia brasileira como peça chave para o processo de aproximação.

Para ter êxito nesse propósito a política externa brasileira utilizou-se do discurso culturalista para aproximar-se por meio das relações históricas e culturais entre brasileiros e

---

<sup>14</sup> A formação das elites para exercer essa tarefa foi um dos trunfos conseguidos pelo Itamaraty, contrastando com a situação de crise existente no ensino superior das instituições universitárias que tinham dificuldades de formar quadros capazes de cumprir essa missão. Ao lado das instituições de formação militar, o Instituto Rio Branco, conseguiu manter uma formação adequada dentro de sistemas de ensino articulados e coerentes, onde existia uma grande ênfase no papel que militares e diplomatas desempenham no cenário nacional. A realização de cursos, que lembram o adestramento de militares, tem sido a forma no qual o Itamaraty consegue neutralizar a heterogeneização crescente de seus quadros e manter um alto grau de coesão e sprit bem desenvolvidos entre seus membros. (CHEIBUB, 1985 apud PENHA, 2011, p. 153)



africanos. Esse discurso foi a força propulsora utilizada pelo governo brasileiro para reaproximar-se da África nos anos de 1960. Essa solidariedade cultural defendida pela política externa seria uma forma de exportar a imagem do Brasil para o continente africano, como sendo um local de grande equidade racial. Dentro dessa proposta de solidariedade e irmandade é válido destacar a atuação de vários intelectuais brasileiros que foram importantes no desenvolvimento das relações Brasil e África.

José Honório Rodrigues e Adolpho Bezerra de Menezes faziam parte de uma gama de intelectuais que deram consistência ao discurso culturalista. Rodrigues publicou em 1961 **Brasil e África: outro horizonte**, um estudo de suma importância para entendermos essas relações do Brasil com a África “defendia que a população miscigenada do Brasil seria catalisadora para o esforço de solidariedade às nações africanas” (SARAIVA, 1996, p.92).

O embaixador Adolpho Justo Bezerra de Menezes era outro articulador do discurso de solidariedade. Bezerra de Menezes era uma das vozes que criticavam a política externa do governo de Juscelino Kubitschek, em suas **obras O Brasil e o mundo ágio-africano (1960) e Ásia, África e a política externa independente do Brasil (1961)**, estes livros romperiam a barreira do silêncio acadêmico existente sobre as relações exteriores com a África. Menezes buscou analisar o uso de uma política mais ofensiva para o continente africano.

A busca pela África proposta pelos intelectuais e atores políticos da política africana esbarravam na falta de conhecimento sobre a realidade econômica, política e cultural da África. A falta de diálogo é fruto de vários anos de silêncio com a África sobre essa questão Saraiva destaca que

As ilusões da africanidade brasileira foram desenhadas sobre um conhecimento do continente africano que estava muito aquém da antropologia britânica do século XIX e dos paradigmas da Royal Anthropological Society de Morgan. O longo período de silêncio construído pela elite brasileira acerca do continente africano permaneceu, como que intacto, depois da abolição da escravidão. Não havia instituições de ensino superior no país que houvessem incluído matéria referente aos povos africanos em seu currículo (SARAIVA, 1996, p. 93).

A falta de conhecimento sobre a África era um problema recorrente no Brasil o pouco conhecimento que tínhamos sobre o continente era por intermediado pelos portugueses, e na maioria das vezes eram dados imprecisos, dificultando um melhor entendimento sobre o outro lado do Atlântico-Sul. Buscando sanar esse problema seriam criados os primeiros centros de estudos que abordavam a realidade africana e sua influência na formação da sociedade

brasileira, em 1959 surgiria na Bahia o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO). Em um minucioso estudo sobre o surgimento e atuação do CEAO, Luiza Nascimento dos Reis ressalta

A criação do CEAO, em 1959, representa um marco no país, já que foi a primeira instituição acadêmica voltada para a produção e difusão de conhecimento sobre a África. O fomento a um intercâmbio acadêmico, com ênfase na propagação de expressões culturais, entre países africanos e a Bahia, movimentando pesquisadores, professores e estudantes constituiu uma das principais ações previstas com criação do CEAO. Entre seus objetivos perpassava a difusão deste conhecimento no Brasil, além da atuação como instrumento político de ligação com países do continente africano (REIS, 2010, p.11).

A criação do CEAO seria de suma importância para o governo brasileiro pois sua atuação acadêmica seria essencial para estreitar as relações culturais com os países africanos<sup>15</sup>. A frente do CEAO estava o grande intelectual Agostinho da Silva que foi seu primeiro diretor e havia ao seu lado um seleto grupo de africanistas que participaram na formação do CEAO, eram eles Vivaldo da Costa Lima, Paulo F. de Moraes Farias, Waldir Freitas Oliveira, Ieda Pessoa de Castro.

O Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) seria criado em 1961, e foi um importante Centro acadêmico voltado para o conhecimento cultural africano. O IBEAA seria criado por Candido Mendes de Oliveira que era Conselheiro de Quadros e teria como “objetivo estudar a realidade e a cultura africana, bem como os reflexos na sociedade brasileira” (RIZZI, 2012, P.87).

O IBEAA estava totalmente atrelado ao Itamaraty como ressalta Saraiva “o instituto visava relacionar o Itamaraty a academia por meio dos estudos e acompanhamento político das conjunturas africanas e asiáticas” (SARAIVA, 1996, p. 94).

A criação desses centros foi de suma importância para o processo de reaproximação com a África, a Política Externa Independente seria desenvolvida para projetar a imagem do Brasil no cenário internacional como uma potência mundial emergente, por meio da PEI o Brasil iria lançar-se para novas parcerias que seriam ignoradas após a segunda guerra mundial e no contexto da guerra Fria, como exemplo podemos citar países que faziam parte do bloco socialista, e países recém independentes do continente africano. Segundo Penha

A iniciativa de Jânio Quadros deu um passo histórico no sentido de estabelecer o elo perdido entre o Brasil e a África e impôs á nossa diplomacia, até então fundamentalmente voltada para as metrópoles ou para a América Latina, via Estados

---

<sup>15</sup> O CEAO esteve ativamente ligado a política cultural do Itamaraty na África. O centro veio a participar dos primeiros programas de estudantes africanos no Brasil, que vinham em particular da Nigéria, Gana, Senegal, Cabo Verde, Camarões e Guiné-Bissau para estudar em universidades brasileiras (SARAIVA, 1996, p.95).

Unidos, a tarefa de tecer as relações com o mundo subdesenvolvido e de pensar a nossa política, levando em consideração a importância da África (PENHA, 2011, p.162).

O governo de João Goulart (1961-1964) deu continuidade ao projeto de aproximação com o continente africano, a PEI continuaria com seu objetivo de solidificar sua política de autonomia brasileira referente ao cenário internacional. E referente sua política de aproximação com a África continuaria com os mesmos moldes do seu antecessor, o discurso culturalista continuaria atrelado a projeção brasileira para o continente africano.

No que diz respeito a descolonização o governo ainda era alvo das políticas de ambiguidade com o colonialismo português sobre essa questão Pinheiro afirma “no que se refere ao processo de descolonização africana, o período Jango registra um retrocesso na defesa do fim do colonialismo, quando a delegação brasileira nas Nações Unidas reitera a amizade do país a Portugal em detrimento das aspirações angolanas” (PINHEIRO, 2008, p.23).

A luta contra o colonialismo por parte das gestões Quadros/Goulart seria associada a movimentos indecisos quanto ao colonialismo português na África, em muitos momentos o Brasil questionaria suas relações com o governo português e daria apoio a descolonização, mas logo em seguida caía em contradição quando em muitas vezes abstinha-se de votar questões importantes para a descolonização africana, o Brasil não estava interessado em se envolver em guerras na África, como exemplo podemos citar a luta pela independência em Angola no início da década de 1960. Segundo Pio Penna Filho a posição brasileira

Na verdade, o Brasil tentava acompanhar a tendência verificada durante o ano de 1960, que indicava haver dentro da ONU uma posição majoritária a favor das independências, porém, na tentativa de permanecer fiel a Portugal, acabou gerando esta contradição, uma vez que as duas teses eram inconciliáveis (PENNA FILHO, 2007, p. 67).

Um golpe de Estado em 1964 daria fim ao governo de Goulart e juntamente com ele iria sua Política Externa Independente, a busca por autonomia política e projeção internacional, o não alinhamento a aliados históricos do Ocidente, a luta pela descolonização africana e a busca por novas parcerias que deixavam de lado o preconceito ideológico oriundos da guerra fria, foram ações colocadas pelo quadro da política exterior de Jânio e João Goulart.

As eventuais mudanças nas relações exteriores não agradariam a todos quadros da política nacional, pois muitos viam nessas alianças uma proximidade com o comunismo. De acordo com Pinheiro “algumas iniciativas registradas no plano externo e inúmeras medidas

tomadas por João Goulart no plano interno afetaram os interesses de Washington, e em decorrência, as relações entre os dois governos foram se deteriorando” (PINHEIRO, 2008, p.23).

### **3.2 A política africana: período militar a redemocratização**

Com a chegada dos militares ao poder (1964/1985) as políticas externas desenvolvidas nos governos anteriores seriam substituídas pelo retorno ao alinhamento pró-Estados Unidos e Portugal segundo Penha “a solidariedade terceiro-mundista foi substituída por uma concepção ideológica de combate ao comunismo” (PENHA, 2011, p.162). As novas relações direcionadas para a África dentro da concepção dos militares seriam inexpressivos e seletivos, voltados apenas para determinadas regiões do continente.

Durante o governo do Marechal Humberto Castelo Branco (1964/1967) suas as ações referentes a África estavam pautadas na relação triangular Brasil-Portugal-África, e no fortalecimento das relações com o regime racista da África do Sul. Castelo Branco era um defensor ardoroso das relações pró-Portugal Penha

A visão feita por Castelo Branco, dos demais países africanos “foi determinada pela ideia de que a maioria das nações africanas e muitos dos movimentos de libertação da África estavam contaminadas pelo comunismo” (SARAIVA, 1996, p.101). Para o governo brasileiro “a África do Sul era a única parceria leal dentro das concepções ocidentalistas” (SARAIVA, 1996, p.101).

Podemos frisar que durante a década de 1960 a dinâmica da Guerra Fria, separava o mundo em dois blocos hegemônicos, as nações capitalistas, capitaneadas pelos Estados Unidos, e o outro bloco era formado pelos países socialistas representados pelo seu maior expoente a União Soviética. A política de alinhamento do governo de Castelo Branco que juntamente com a África do Sul estavam alinhados na política capitalista, formando uma forte aliança com os Estado Unidos, esse seria um dos fatores preponderante para o eventual afastamento das nações africanas que tinham influência comunista.

A importância do continente africano para o governo brasileiro deixaria de lado o discurso o discurso culturalista para dar destaque a um tom mais geopolítico o posicionamento estratégico e geográfico para os ideólogos brasileiros da política externa a África estava fragilizada pelas constantes lutas de independência e portanto era vulnerável aos inimigos,

partindo desse conceito caberia as potências ocidentais garantirem a segurança do Atlântico-sul, das possíveis influências internacionais do comunismo, a África passaria a ser um espaço de manobra para os militares brasileiros.

Existia dentro do governo de Castelo Branco diplomatas que viam no continente africano um amplo espaço para fazer negociações comerciais e políticas. (SARAIVA, 1996). Por meio da atuação diplomática de Otávio Berenguer e Rangel de Castro e Wladimir Murтинho organizou-se as primeiras missões comerciais voltadas para o continente africano. Essas missões tinham como objetivo, fazer um levantamento prévio do mercado africano, e relacionar quais produtos industriais brasileiros, seriam exportados para aquela região. Em 1966 o governo do Senegal organizaria o primeiro Festival Pan-Africano de Artes e Cultura (FESTAC) e enviaria um convite ao governo brasileiro para participar do festival.

O Itamaraty aceitaria o convite e rapidamente organizaria uma comissão para representar o Brasil “o Itamaraty criou uma comissão para selecionar artistas e obras que representassem o Brasil, demonstrassem as raízes culturais áfricas do Brasil e a integração da cultura africana e dos negros na sociedade” (DÁVILA, 2011, p. 162). Dávila pontua

A delegação brasileira, composta de 43 pessoas, incluía cantores, pintores, escultores, capoeiristas, um chefe afro-baiano e parte da escola de samba da Mangueira, do Rio Janeiro. O grupo também incluiu Cândido Mendes, Raymundo Sousa Dantas, Waldir Freitas, o sociólogo Edison Carneiro, o prefeito de Salvador e Clarival do Prado Valladares, curador de museu que à época estava organizando o museu Afro-brasileiro de Salvador. Uma escultura de Agnaldo dos Santos ganhou o prêmio do festival para artes plásticas (DÁVILA, 2011, p. 161).

A ida dessas comissões a África fazia parte do esforço de alguns diplomatas do Itamaraty em continuar os laços já estabelecidos de acordo com Saraiva “esses diplomatas se esforçaram pela realização de projetos de cooperação com o continente africano, já no primeiro mês depois do golpe de 1964, que continuassem os acenos políticos que o Brasil iniciara em 1991” (SARAIVA, 1996, p.110).

O General Arthur da Costa e Silva (1967-1969) assumiria o poder após a saída de Castelo Branco, a política de Costa e Silva para a África estaria relacionada a chamada “diplomacia da prosperidade” que estava aliada ao tema do desenvolvimento, aliado ao da segurança (PENHA, 2011, 162) seria uma diplomacia de base mais econômica. Segundo Nascimento “o impulso foi resultado de um modelo desenvolvimentista de substituição de importação, busca de petróleo e de mercado consumidor” (LECHINI, apud, NASCIMENTO, 2010, p. 35).

A diplomacia africana de Costa e Silva lembrava em muitos aspectos a PEI dos governos Quadros e Goulart, a política nacional-desenvolvimentista desses governos voltaria a ter novamente destaque dentro do Itamaraty. A reorientação externa voltada para a África em seu governo romperia com a fronteira ideológica estabelecida pelo do governo anterior, e diplomacia novos acordos comerciais com parceiros até então isolados pelos limites da ideológicos da guerra fria, o governo brasileiro faria novos acordos com regiões até então invisíveis como por exemplo a África negra<sup>16</sup>.

A diplomacia da prosperidade foi vista como um importante processo de aproximação com a África, a valorização das relações com os países do terceiro mundo com uma pauta de desenvolvimento e projeção internacional. De acordo, com Luiz (2011) as mudanças proporcionadas no âmbito externo direcionados pela política externa, dentro do âmbito interno o governo de Costa e Silva seria conhecido por intensificar as políticas de repressão, controle e segurança.

De 1969 a 1974 o governo exercido por Emilio Garrastazu Médici daria a política externa eventuais mudanças do Brasil em relação a África “surgiu uma nova forma de inserção internacional, mediante o alargamento das relações com o continente africano foram assinados 30 acordos comerciais com países africanos”. (RIZZI, 2012, p.90). O ministro das relações exteriores Mário Gibson Barbosa segundo Saraiva (1996) partia da ideia de que a diplomacia estava a serviço do desenvolvimento, e, portanto, o Brasil deveria ter liberdade de tomar iniciativas próprias em relação a África.

A conjuntura política dos anos de 1970 seria marcada pela forte atuação diplomacia brasileira na construção de novos laços mais impactantes jamais vistos nas relações entre Brasil e África. O historiador José Flávio Sombra Saraiva faz em seu livro O lugar da África: A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias) uma análise espetacular sobre o período e nomearia as relações do período como “os anos dourados da política africana do Brasil” momento em que houve o maior número de acordos políticos, econômicos e culturais entre o Brasil e a África.

---

<sup>16</sup> Também conhecida como África Subsaariana é composta por por 47 países África do Sul, Angola, Benin, Botsuana, Burkina Fasso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Ilhas Comores, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malauí, Mali, Mauritânia, Maurício, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, Ruanda, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

Saraiva ressalta que esse retorno a África ocorreria com a seguinte finalidade “a influência brasileira na região, pela via da política africana, não se daria pela luta ideológica contra a ameaça comunista, mas a favor dos mercados brasileiros” (SARAIVA, 1996, 136). O governo brasileiro partia em busca de novos mercados e viu no mercado africano uma continua forma de seguridade econômica do país.

Os objetivos diplomáticos do Brasil na África foram, principalmente, o de projetar a imagem de um poder tropical e industrial, que um dia fora colônia, e o de convencer aos Estados africanos que as relações históricas do Brasil com Portugal não inibiram o desenvolvimento com os países africanos (SARAIVA, 1996, p. 135).

No ano de 1972 o chanceler Mário Gibson Barbosa acompanhado de uma comitiva ministerial visitaria nove países da África Ocidental: Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Gabão, Camarões, Daomé (atual Benin), Togo, Zaire e Senegal. Essa comitiva firmaria acordos de suma importância em diversas áreas estruturais, como cooperação técnica na agricultura, no desenvolvimento de mercados comerciais, na engenharia de infraestrutura, em habitação e em educação.

Por meio dessas visitas o governo brasileiro buscava novos acordos para que abrissem as portas para as exportações brasileiras. Em análise feita sobre esse ato diplomático feito por Gibson Barbosa Dávila destaca que

Médici autorizou a viagem, que simbolizou os dois meios que o governo brasileiro utilizou para relacionar-se com os países africanos na década de 1970. Primeiro Gibson justificou o fortalecimento dessas relações invocando a mistura racial brasileira, a proximidade cultural do país com a África e, segundo um entendimento cada vez mais refinado das condições locais nos países africanos (DÁVILA, 2011, p.175).

O corpo diplomático brasileiro estava convicto de que o Brasil poderia deter de grande influência econômica, comercial e política e por isso intensificou ainda mais seus olhos no outro lado do Atlântico, e para ter sucesso nessa empreitada a afinidade cultural seria novamente utilizada “como no início da década de 1960, não só pela diplomacia como também pelos empresários” (SARAIVA, 1996, p.137). O discurso culturalista ajudaria a estreitar os acordos econômicos fazendo com que o número de exportações crescesse de maneira significativa e tinham como principais destinos o Norte da África e a África do Sul.

O governo de Ernesto Geisel (1974-1979) foi marcado pela consolidação de uma política africana renovada, o governo já detinha um conhecimento satisfatório sobre as jovens

nações africanas o que garantiria a estabilidade da presença brasileira na África. Santana destaca as posições tomadas pelas jovens nações africanas frente as relações com o Brasil

A África, por sua vez, na busca da autonomia e de melhorar sua posição perante as ex-metrópoles coloniais europeias e os centros do capitalismo mundial, intensifica a procura de novos investidores e parceiros comerciais. Nesse contexto, volta-se para os países recém-industrializados do Terceiro Mundo – entre eles, como um dos parceiros privilegiados, o Brasil (SANTANA, 2003, p. 117).

As nações africanas viam o Brasil como um exemplo a ser seguido, pois tinha sido uma colônia portuguesa e se tornaria a principal liderança política e econômica da América Latina, a projeção nacional feita nos anos anteriores pelo projeto desenvolvimentista surtiu efeito, o Brasil era visto pelos africanos como uma forte potência tropical.

O número de missões foi intensificado marcando o crescimento de novos acordos comerciais e econômicos, houve o aumento do intercâmbio nas áreas de venda de serviços, tecnologia e bens de capital destinados a obras de infraestrutura: como construção de represas hidrelétricas, estradas, transportes ferroviários, saneamento e telecomunicações, o número de exportações para o continente elevou-se para 4,9% nos anos do governo Geisel.

A política externa brasileira diferentemente dos governos anteriores, defendia abertamente a independência das colônias portuguesas na África. Quando Angola tornou-se independente do domínio português em 1975, o governo brasileiro foi um dos primeiros a reconhecer sua independência. Através dessa postura surgia uma nova dinâmica da política externa para o continente, as relações Brasil-Portugal estavam abaladas pois para o Brasil a descolonização da África portuguesa e a condenação do Apartheid na África do Sul, passaria a ser a principal pauta para a diplomacia brasileira pois “estava encerrada a posição ambígua que por mais de 20 anos aproximou e distanciou o Brasil da África, numa política oscilante.” (RIZZI, 2012, p.92).

Durante o governo Geisel a política exterior reduziu consideravelmente nível de dependência do governo Português. Para o governo brasileiro a política pró-Portugal interferia diretamente nos interesses políticos brasileiros no continente africano. Entre os anos de 1974-75 o ministro Azeredo da Silveira viajou para o Senegal e Costa do Marfim, com intuito de reafirmar a “amizade” com os governos africanos, além de reconhecer a independência de Angola em maio de 1975 e de Guiné-Bissau em junho de 1974, fez com que a imagem do Brasil fosse bem vista para os países de terceiro mundo.



João Baptista Figueiredo (1979-1985) foi o último presidente do ciclo militar a governar o Brasil, durante os anos de 1980 a Brasil estava mergulhado em uma grande crise como ressalta Saraiva “as dificuldades econômicas em ambos os lados, particularmente geradas pelas crises da dívida externa, retraíram consideravelmente as proporções anteriormente desenvolvidas pelo Brasil na África “(SARAIVA, 1996, p.185). Os avanços políticos seriam preservados e as novas ações seriam pautadas com práticas mais cautelosas em relação a África. Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a fazer uma visita à África, sua comitiva esteve na Nigéria, Guiné-Bissau, Senegal, Argélia e Cabo Verde entre os dias 14 e 21 de novembro de 1983. A ida do presidente ao continente africano foi “a melhor prova do interesse do Brasil pelos países da África e marcou um momento muito importante na construção da política africana.” (LECHINNI, 2008, p.61).

Houve por parte do governo brasileiro dentro da perspectiva dos acordos comerciais e econômicos, a introdução de um novo mecanismo utilizado para fortalecer as relações, esse mecanismo seria o countertrade<sup>17</sup> que consistia na transferência de mercadorias e tecnologias brasileiras em troca do petróleo africano. Angola e Nigéria foram os principais parceiros da prática do countertrade (também conhecida como contrapartida comercial), pois eram os maiores produtores de petróleo do continente africano, Santana afirma que:

A relativa expansão econômica africana, advinha do boom do petróleo, tornava conveniente uma parceria comercial e estratégica, no âmbito do atlântico, com um país que oferecia tecnologia dita “tropical”, adaptada as circunstâncias africanas. Assim, ampliar o intercâmbio favorecia a conjugação de interesses mútuos: as nações africanas, fontes importantes de petróleo, buscavam diminuir sua dependência econômica em relação ao Norte, e o Brasil, carente de matéria prima, tinha bens e serviços adequados a oferecer. (SANTANA, 2004, p.21)

O governo brasileiro via nas carências africanas uma fonte, para a sua expansão comercial, e por outro lado as nações africanas buscavam produtos e serviço que atendessem suas necessidades, e viam o Brasil como uma grande potência tropical, digna de se espelhar. Portanto podemos destacar que as relações diplomáticas, existentes entre Brasil e África durante o governo de Figueiredo atingiram os níveis mais altos referentes as práticas comerciais, além de expandir representações diplomáticas brasileiras para 45 países africanos.

O discurso culturalista orquestrado pela política externa brasileira seria utilizado durante todo o processo de aproximação com a África, os idealizadores desse discurso viam nele uma

---

<sup>17</sup> Para Santana uma das soluções utilizadas para contornar a situação foi a introdução da modalidade de troca conhecida como countertrade, que possibilitava o pagamento parcial ou total de mercadorias por meio de mercadorias (SANTANA, 2003, p.121).

possibilidade de o Brasil reparar suas dívidas com os africanos, por meio da solidariedade e cooperação. O discurso pautado nas relações históricas entre nós e o outro lado do Atlântico seria a fórmula perfeita utilizada pelo governo brasileiro para projetasse como uma nova potência no cenário internacional.

De acordo com Saraiva a finalidade do discurso culturalista era “ora, atrás de petróleo e do intercâmbio pragmático com a África o Brasil se projetava como um poder industrial tropical e miscigenado racialmente” (SARAIVA, 1993, p. 231). Portanto destacamos que a utilização do discurso de irmandade e solidariedade com os parceiros africanos, havia interesses comerciais e econômicos por parte dos governantes brasileiros, para eles a África era apenas um espaço de manobra para atingir seus ideais.

Após o fim do regime militar em 1985, José Sarney (1985-1990) tornou-se presidente do Brasil após o fim do regime ditatorial. A política externa do seu governo “esteve direcionada a tentativa de manutenção de contatos conquistados até aquele momento.” (RIZZI, 2012, p.97), seu governo seria marcado por inúmeras visitas de autoridades africanas, o país recebeu governantes da Argélia, Zaire, Cabo Verde e do bispo sul-africano Desmond Tutu ganhador do Prêmio Nobel da Paz, prêmio concedido pela luta contra o fim do regime do Apartheid.

A vinda desses chefes de Estado era caracterizada pela renovação dos acordos estabelecidos nos governos anteriores e a possibilidade de fazer novos acordos voltados para a áreas petrolífera, de manufaturados e da agricultura.

No governo Sarney também foi criada a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em 1987, voltada para cooperação nos setores da educação, áreas da saúde e recursos humanos, caberia a agência, identificar e transformar realidades, além de promover, um desenvolvimento social dos parceiros africanos.

Outro ponto importante da diplomacia praticada pelo Itamaraty foi relacionado a defesa da região atlântica, o Itamaraty junto a outras nações africanas defendia a criação de uma organização que atuasse na defesa do eixo comercial e de segurança daquela região “buscando manter a região fora do conflito Leste-Oeste” (RIZZI, 2012, p.101). E para alcançar esse objetivo foi criada no ano de 1987 a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Para a concretização dessa aliança em defesa do Atlântico o governo brasileiro contou com o apoio da maioria dos países da região do Atlântico Sul, Argentina, Angola, Cabo Verde, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, São Tomé e

Príncipe e Uruguai. A criação dessa instituição, era de suma importância para o governo brasileiro, pois o Atlântico Sul era um lugar estratégico no cenário mundial, e fazia uma ponte entre a África Ocidental e o Nordeste brasileiro.

A criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) era o ponto de partida da política exterior brasileira contra o projeto da Organização do Tratado Atlântico Sul (OTAS) que contaria com África do Sul, Brasil, Argentina Uruguai e Estados Unidos e tinha como objetivo atuar contra a possível influência soviética no Atlântico. O governo brasileiro pretendia estar à frente desses possíveis parceiros na África e, portanto, não fazia sentido participar de uma organização que competisse diretamente com seus interesses no mercado africano. Outro motivo seria estar aliada a política racista da África do Sul, no qual essa aliança prejudicaria os acordos já estabelecidos com outros países africanos que eram contra o regime do apartheid.

Saraiva pontua que:

Do ponto de vista político, o governo José Sarney manteve o mesmo lugar para a África negra no contexto da política africana. Como já foi demonstrado, ele recebeu um número significativo de representantes da África negra, membros da ZOPACAS, e reforçou a política anti-apartheid com a lei nº 91.524, de 9 de agosto de 1985, que impunha sanções contra a África do Sul. (SARAIVA, 1996, p.215).

A política africana do governo de José Sarney caracterizou-se pela manutenção e criação de novos acordos. Portanto para expandir-se comercialmente, o governo brasileiro propôs sem demora a criação de projetos voltados para o continente, como também veio a agir contra a política racista da África do Sul.

#### 4 ACORDOS ENTRE O BRASIL E CABO VERDE

As intensas transformações ocorridas no continente africano após a Segunda Guerra Mundial abalariam o sistema colonial<sup>18</sup>. Após o fim do colonialismo muitos países africanos iriam buscar na cooperação internacional ajuda com os países mais desenvolvidos, essas jovens nações buscavam ações emergenciais para sanar suas dificuldades em setores estruturais como saúde e educação e estruturação governamental.

A funcionalidade dessas relações sejam elas bilaterais ou multilaterais, tornaram-se relevantes para o processo de desenvolvimento de vários países africanos. A cooperação com os países mais desenvolvidos passa a ter destaque entre os países recém-emancipados da colonização portuguesa, como afirma Moraes:

A busca por novas tecnologias, avanços científicos, informações importantes e intercâmbios culturais, fez com que cada país, agência, grupo, governo e universidade, propulsores de conhecimento universal e formadores de opinião, conseguissem um destaque no panorama global. (MORAIS, 2013, p.73).

Partindo desta perspectiva o governo cabo-verdiano viu nas relações de cooperação uma oportunidade para o crescimento econômico do país, após a independência de Cabo Verde a economia era fraca e inexpressiva, em que “aproximadamente 70% da população economicamente ativa estava desempregada em 1975” (RIZZE, 2012, p.103). De início o governo cabo-verdiano traçou medidas tidas como emergenciais para o desenvolvimento do país como, por exemplo, a realização das necessidades básicas, emprego e educação, essas ações estariam na pauta de convênios que seriam acordados com o Brasil nos anos seguintes. Moraes destaca que:

Logo após sua independência, fica claro para os governantes de Cabo Verde que o caminho para o desenvolvimento do país seria uma forte aposta na capacitação e desenvolvimento humano. Dada à insuficiência de estrutura de uma recente autonomia, uma das únicas alternativas seriam as cooperações internacionais. (MORAIS, 2013, P.81).

De acordo com Cardoso (2007), as relações entre Brasil e Cabo Verde se dão por um conjunto de fatores, dentre eles: o geoestrategismo e a questão política econômica. O autor destaca ainda dois aspectos básicos para o exercício da política externa ou diplomática: a ênfase

---

<sup>18</sup> Devido à Guerra, as potências coloniais estavam abaladas, em declínio e passando por crises econômicas, somando ainda a criação das Organizações das Nações Unidas (ONU) em 1945, que viria dar suporte para o processo de descolonização e das lutas de libertação nacional que emergiam nos países africanos. O sistema colonial já não encontrava espaço na nova ordem mundial. (COUTINHO, 2015, p.11).

nos laços políticos e a promoção de políticas a níveis internacionais, com o intuito de expandir o setor empresarial e logo exportar grande quantidade de produtos. A importância geográfica de Cabo Verde era importante para a conjuntura política da época

Neste período, a economia internacional estava em crise, consequências da crise do petróleo. Cabo Verde, devido a sua posição geográfica de ligação entre os continentes, representava um ponto geoestratégico no âmbito da Guerra Fria. (GOMES, 2014, p. 92).

Após a sua independência em julho de 1975 o governo brasileiro por meio de sua política externa voltada para África iria ser um dos primeiros países a reconhecer seu processo de independência de Cabo Verde. No ano seguinte o governo brasileiro abriria um posto diplomático em Praia capital de Cabo Verde, a abertura de uma representação diplomática brasileira em Cabo Verde seria suma importância para o início das relações bilaterais entre os dois países. Nos anos seguintes seriam organizadas pelo Ministério das Relações Exteriores as primeiras visitas técnicas com intuito de mapear as demandas cabo-verdianas. É pensando nessas carências como destaca Rizzi que:

Em julho de 1976, a primeira missão técnica brasileira foi à Cabo Verde para vislumbrar as demandas cabo-verdianas na área de cooperação e adequar as possibilidades de acordos, formada pelo embaixador Ítalo Zappa (Chefe do Departamento da África e Oceania do Itamaraty) e por funcionários dos Ministérios da Agricultura, Comunicações, Educação e Cultura, e Saúde. Logo, a base dessas relações bilaterais no período tornou-se o Acordo de Cooperação Técnica e Científica, assinado em Brasília entre os dois governos, em 28 de abril de 1977, resultado da identificação daquelas demandas. (RIZZI, 2012, p. 110).

A ida da primeira missão técnica brasileira a Cabo Verde daria início a uma série de acordos que estreitaria as relações entre os dois países. Dentre os projetos implementados pelo governo Brasil, com o intuito de estreitar as relações políticas e culturais com o continente africano, e conseqüentemente, com Cabo Verde.

#### **4.1 Câmara de Comércio Afro-Brasileira (CCAB)**

Primeiramente, é possível demarcar a criação da Câmara de Comércio Afro-Brasileira (CCAB), em 1968, que ajudou no processo de melhor conhecimento do até então desconhecido mercado africano. A CCAB tinha como objetivo aproximar e fomentar o desenvolvimento de negócios, atividades culturais, tecnológicas e de cooperação, como afirma Santana:

O surgimento de uma entidade com o perfil da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, nessa conjuntura, revestiu-se de singular relevância. Fazendo eco as propostas do governo de ampliar as relações com o continente africano, a nova entidade ganhava

as atenções e o importante apoio do governamental em muitas iniciativas por ela protagonizadas. (SANTANA, 2004, P.87).

Dentro dessa perspectiva a criação da Câmara foi de suma importância para o governo brasileiro, pois essa instituição encaixaria perfeitamente no processo de consolidação da política voltada para o continente africano. A Câmara tinha à sua frente, o bem sucedido empresário negro Adalberto Camargo. Camargo era bem visto pelos demais empresários, devido a sua origem humilde e sua rápida ascensão social, isso fez com que sua popularidade aumentasse junto à comunidade negra e através disso elegeu-se, para a Câmara Federal, pelo Estado de São Paulo.

De início a Câmara só fazia levantamentos de dados e contatos iniciais, só a partir do ano de 1973 os rumos tomados pela Câmara de Comércio Afro-Brasileira seriam cada vez maiores. Entre os dias 25 de setembro a 29 de outubro daquele mesmo ano, foi organizada a Primeira Missão Comercial Brasileira a Países africanos, essa missão contou com a participação de 37 representantes de indústrias brasileiras e representantes do governo, e com uma mostra dos produtos brasileiros para que os empresários e governos africanos conhecessem o estágio de desenvolvimento nacional.

A Câmara em seu apogeu contou com mais 102 empresas filiadas e ainda editou uma revista de negócios chamada Afro-Chamber, essa publicação tornou-se importante para os empresários que queriam conhecer tanto as linhas do mercado africano quanto brasileiro. O declínio da Câmara aconteceu devido a não reeleição de Adalberto Camargo nas eleições de 1984, através disso, Camargo perdeu espaço político e influência no meio empresarial, fazendo com que a dinâmica obtida pela Câmara deixasse de ter expressividade.

Após reconhecer a independência de Cabo Verde em 1975, o governo brasileiro, em junho de 1976, organiza uma missão técnica, que teve como líder o embaixador Ítalo Zappa (Chefe do Departamento da África e Oceania do Itamaraty), com o objetivo de mapear as principais necessidades sofridas no pós-independência, essa missão contou com funcionários dos Ministérios da Educação, Agricultura, Comunicação, Educação e Cultura e Saúde.

Após essa visita ao arquipélago os governos brasileiros e cabo-verdianos assinaram em Brasília, no dia 28 de Abril de 1977, o Acordo de Cooperação Técnica e Científica, que vinha a constituir o segundo passo no sentido de fortalecimento dessas relações. Com o objetivo de sanar as dificuldades em áreas da educação, agricultura, comunicação, cultura e saúde, cabendo

a ambos os países se comprometem a realizar o que foi acordado no DECRETO N° 85.545/80, no qual:

Ambos os países com o objetivo de contribuir para melhor avaliação de seus recursos naturais e humanos, esforçando-se para que os programas que surjam do presente Acordo Básico se ajustem às políticas e planos globais, regionais e setoriais de desenvolvimento nos dois países, como apoio complementar aos seus próprios esforços internos para atingir objetivos de desenvolvimento econômico e social (Artigo I).

A execução desse projeto irá contemplar uma série de aperfeiçoamentos técnicos e profissionais, além de proporcionar um maior intercâmbio entre os dois países, também possibilitou a capacitação de peritos, cientistas e equipamentos por parte do governo brasileiro, instituindo uma eventual melhora na estrutura do país recém independente. Cabe destacar que a missão organizada pelo Brasil visava firmar estratégias de alianças e projetos a serem pensados para o progresso tanto da sociedade brasileira quanto cabo-verdiana.

#### **4.2 Tratado da Amizade e Cooperação**

Assinado em 1979 foi responsável por estreitar ainda mais as relações diplomáticas entre o Brasil e Cabo Verde. Após o reconhecimento da independência de Cabo Verde em 1975, a política africana brasileira do governo Geisel, buscou “mapear as possibilidades de relacionamento, identificando, por meio das crescentes demandas cabo-verdianas.” (RIZZI, 2012, p.121). As propostas de incentivo ao desenvolvimento social e econômico das nações africanas eram as principais pautas defendidas pelos acordos bilaterais, proposto pela diplomacia brasileira no continente africano.

A África-Portuguesa surgiria como um local de suma importância para os principais projetos articulados pelo governo brasileiro, voltados para aspecto político, econômico e cultural, tendo destaque os países que falam a língua portuguesa. Portanto é válido apontar que “o Brasil, mais do que solidariedade, língua e heranças coloniais comuns, viu a possibilidade de alargar suas influências e investir em algo novo.” (MORAES, 2013, p.82).

Essas nações emergentes buscavam sanar suas dificuldades em diversos setores (educação, saúde, economia, agricultura, saneamento básico e na capacitação de recursos humanos). E viam no Brasil um parceiro ideal para fazer acordos de cooperação destinados ao seu desenvolvimento. E o governo brasileiro por meio do discurso de laços históricos e culturais conseguiria adquirir a confiança dos possíveis parceiros na África.

Cabo Verde via o Brasil como um parceiro que poderia ajudar o país a desenvolvesse, após a sua independência em 1975, a jovem nação cabo-verdiana entendia que para solucionar os principais problemas deveria optar pela qualificação dos recursos humanos nas áreas da educação, administração pública, diplomática e militar.

Entre os principais acordos bilaterais estabelecidos entre os dois países, podemos destacar o acordo assinado em 7 de setembro de 1979, pelos representantes de ambos países, o acordo ficou conhecido como Tratado da Amizade e Cooperação. As causas que levaram os países a assinar o referido acordo assinado entre ambos:

Inspirados pelo propósito de afirmar, em solene documento, os fraternos laços que unem o Brasil e Cabo Verde;  
 Conscientes de que laços históricos e culturais constituem fundamento sólido para a cooperação entre os dois Estados;  
 Conscientes ainda de que a colaboração franca e aberta entre os dois Governos já se desenvolve satisfatoriamente, com benefícios mútuos;  
 Dispostos a prosseguir na cooperação tão auspiciosamente inaugurada pelo Memorandum de Entendimento, firmado em Mindelo em 25 de junho de 1976; Certos de que, para a realização plena dos princípios enunciados e para o desenvolvimento integral e autônomo dos dois países, seria importante estabelecer mecanismos que tornassem ainda mais concretos e efetivos os laços que unem o Brasil e Cabo Verde;  
 Decididos a regular em bases seguras e articular em uma base institucional as relações de cooperação entre os dois países;  
 Resolvem celebrar o seguinte Tratado de Amizade e Cooperação. (ACORDO, 1979, s/p. – Anexo A).

A assinatura desse acordo possibilitou uma série de responsabilidades assumidas entre os dois países, e de acordo com o Artigo III:

Fica instituída a Comissão Mista de Cooperação Brasileiro-Cabo-verdiana que terá por finalidade fortalecer a cooperação entre os dois países, analisar os assuntos de interesse comum e propor aos respectivos governos as medidas que julgar pertinentes. (ACORDO, 1979, s/p).

A criação da Comissão Mista de Cooperação Brasileiro-Cabo-verdiana teria como objetivo construir e organizar as políticas de cooperação entre os dois países nas áreas da educação, comércio e cultura. A área educacional foi a que obteve maior destaque, nessas relações, segundo Rizzi (2012) nem todos os objetivos propostos pela comissão mista encontrou financiamento no Brasil e para não retroceder nos acordos políticos o governo sempre ofereceu bolsas de formação e treinamento para cidadãos cabo-verdianos.

O governo brasileiro por meio de programas voltados para o ensino superior abriu as portas para que os estudantes cabo-verdianos estudassem no Brasil. Esses incentivos



educacionais seriam realizados pelo Programa de Estudantes Convênio de Graduação/Pós-Graduação (PEC-G)<sup>19</sup>.

O programa educacional é coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores-Divisão de Temas Educacionais, do Ministério da Educação (MEC) através da Coordenação de aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes). Esses programas seriam implantados pelo governo brasileiro, como uma forma de reestruturar o desenvolvimento daquele país “na área educativa, o Brasil põe à disposição de Cabo Verde condições para formar quadros necessários, para a consolidação do Estado.” (MORAES, 2013, p. 82).

Este acordo pautado na cooperação mútua demonstra o quanto o governo brasileiro, buscava se inserir na dinâmica do comércio internacional, pois para a política externa “a cooperação entre Brasil e os países africanos concentram-se em três setores chaves: educação, agricultura, segurança alimentar e saúde”. (FURTADO, 2013, p.229).

A criação desse programa tem como data os anos de 1920 e tinha como objetivo estreitar as relações educacionais e culturais, por meio do intercâmbio estudantil entre o Brasil e os demais países da América Latina, o governo brasileiro por meio desse convênio educacional facilitava o acesso de estudantes estrangeiros para adentrarem as universidades brasileiras. No ano de 1977 serão oferecidas pelo PEC-G 2.794 vagas, distribuídas em instituições federais, estaduais, municipais e faculdades particulares<sup>20</sup>.

Compete ao Ministério das Relações Exteriores, por intermédio das embaixadas brasileiras, a seleção dos candidatos nos países de origem e o encaminhamento dos mesmos a universidade selecionada. (PROTOCOLO PEC-G, 1974).

A seleção dos estudantes estrangeiros é feita em seu país de origem, e de acordo com as exigências estabelecidas o estudante recebe todos os informes, relacionados a instituição superior em que estudará e os devidos procedimentos ao qual terá que seguir com sua atividade

---

<sup>19</sup>O PEC-G - Programa de Estudantes Convênio de Graduação - é uma atividade de cooperação, cujo objetivo é a formação de recursos humanos, a fim de possibilitar aos cidadãos de países em desenvolvimento, com os quais o Brasil mantém acordos educacionais ou culturais, realizarem estudos universitários no país, em nível de graduação, nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras participantes do PEC-G. O Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores por meio da Divisão de Cooperação Educacional do Departamento de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica (DCE/DCT/MRE) e pelo Ministério da Educação por meio da Divisão de Assuntos Internacionais da Secretaria de Educação Superior (DAI/SESu/MEC). (MORAES P.92)

<sup>20</sup>Participaram os seguintes países Bolívia, Cabo Verde, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiné-Bissau, Honduras, Nicarágua, Nigéria, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela. No qual seriam oferecidos 91 cursos de graduação abrangidos pelo PEC-G. Ministério de Relações Exteriores. Histórico do PEC-G- Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/cronologia.php>. Acesso em 10 set.2018.

acadêmica dentro do Brasil<sup>21</sup>. Ao adentrar na universidade o aluno seguirá um protocolo estabelecido pela mesma, no qual deve estar matriculado, ao menos em quatro disciplinas. É válido destacar que o não cumprimento do calendário e desligamento da instituição de ensino, o estudante deverá voltar ao seu país de origem após notificação do ministério das Relações Exteriores.

Após a conclusão do curso todo aluno cadastrado no convênio terá um prazo de três meses para voltar ao seu país de origem. Ao analisarmos os primeiros protocolos do PEC-G, observamos que as primeiras bolsas de estudos oferecidas pelo convênio em sua maioria, foi destinada a estudantes latino-americanos<sup>22</sup>.

A vinda desses estudantes ao Brasil se intensificou nos anos seguintes e por meio desse acordo cultural que foram oferecidas no ano de 1967 as primeiras vagas para estudantes africanos. O governo brasileiro concederia 05 bolsas de estudo para os mesmos. A introdução dos estudantes cabo-verdianos no convênio data do ano de 1977, a vinda destes estudantes entra na lógica adotada pelo país em busca de capacitação, para atender as principais demandas cabo-verdianas. Os dados estatísticos do PEC-G organizados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil a partir dos anos 2000, destacam que o continente africano é o maior beneficiário do programa, e Cabo Verde é o país que mais envia estudantes para o Brasil (MORAES, 2013, p. 93).

Atualmente participam do programa 59 países oriundos da África, América Latina, Caribe e Ásia. O continente africano detém da maior porcentagem de estudantes aceitos pelo programa, com cerca de 76% com eventual destaque para Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, países que enviam o maior número de estudantes para o Brasil<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup>Ministério das Relações Exteriores. Histórico do PEC-G disponível em: [http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/legislacao\\_anterior/03-PEC-G\\_Protocolo\\_1986.pdf](http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/legislacao_anterior/03-PEC-G_Protocolo_1986.pdf). Acesso em 12 set..2018.

<sup>22</sup>No ano de 1964 o PEC-G ofereceu 565 vagas de graduação nas IES brasileiras, participaram estudantes vindos da Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Venezuela. Formaram-se, 300 estudantes latino-americanos. Ministério de Relações Exteriores. Histórico do PEC-G. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/cronologia.php>. Acesso em 14 set.2018.

<sup>23</sup>Ministério das Relações Exteriores. Histórico PEC-G. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>. Acesso em 14 de Set. 2018.



PEC-G - Seleccionados - África - 2000 a 2017

PAÍS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
África do Sul																		1	1
Angola	3	21	29	23	33	11	31	28	91	68	48	83	63	53	59	77	7	11	739
Argélia																2			2
Benin									11	5	7	19	39	37	73	48	40	71	350
Cabo Verde	117	65	227	263	192	230	314	265	381	206	133	74	155	88	104	119	64	62	3059
Camarões			1					2	1		3	6	3	9	7	3	5	7	47
C. do Marfim				1	1			3	1				1	4	9	4	5	5	34
Gabão		11		2	1	1	3	4							3	4	3	2	34
Gana	2	3	7	9	11	6	3	3	6		1	1		7	26	23	36	65	209
Guiné-Bissau	36	88	111	97	58	186	159	19	133	181	95	55	118				7	15	1358
Marrocos																		1	1
Mali							2												2
Moçambique	12	13	27	21	26	27	13	9	4	4	9	7	8	13	13	9	1	3	219
Namíbia	1	1														6	65		73
Nigéria	9	6	7	11	14	27	19	22	32			12	1	2	6	2		2	172
Quênia		4	14	14	11	12	5		6	3	3	3		2		4	3	4	88
R. D. Congo								9	106	46	78	92	28	19	12	25	29	46	490
Rep. Congo													4	6	4	2	4	6	26
S. Tomé e P.			24		47	147	35	13	12	4	6	19	12	3	19	17	9	12	379
Senegal	7	2	4	1	1	3	5	1				1	1	4	1	6	3	10	50
Togo												4	11	8	3	6	6	2	40
<b>TOTAL</b>	<b>187</b>	<b>214</b>	<b>451</b>	<b>442</b>	<b>395</b>	<b>650</b>	<b>589</b>	<b>378</b>	<b>784</b>	<b>517</b>	<b>383</b>	<b>376</b>	<b>444</b>	<b>255</b>	<b>339</b>	<b>357</b>	<b>287</b>	<b>325</b>	<b>7373</b>

Fonte: Ministério das Relações Exteriores.

### 4.3 Acordo Comercial Brasil Cabo Verde

Sobre a assinatura desse acordo é importante destacar a visita feita pelo presidente do Brasil José Sarney (1985 a 1990) a Cabo Verde em 1986, a ida do presidente ao arquipélago foi de suma importância para estreitar as relações entre os dois países, José Sarney além de inaugurar a embaixada brasileira em Praia assinaria no dia 10 de maio de 1986 o Acordo Comercial Brasil-Cabo Verde. Esse acordo tinha como objetivo regular as transações de comércio exterior entre os dois países como podemos observar no DECRETO Nº-63 de 26 de outubro de 1989, no qual:

As Partes Contratantes, tendo em vista facilitar e desenvolver as trocas comerciais entre os dois países, concedem reciprocamente o tratamento de 15 nação mais favorecida em tudo o que respeita a direitos aduaneiros, impostos e formalidades relativas à importação, exportação ou trânsito de mercadorias originários dos seus territórios. (ARTIGO I).

Caberia a uma Comissão Mista de Cooperação Brasileiro-Caboverdiana, fiscalizar essas transações comerciais e garantir por meio dessas relações bilaterais a ampliação comercial

entre ambos os países. Após a assinatura desse acordo o governo brasileiro por meio a da atuação do Ministério das Relações Exteriores junto ao Ministério das Relações Exteriores, de Transportes, do Comércio e do Turismo de Cabo Verde organizou em julho de 1986 na, capital cabo-verdiana a Primeira Exposição Industrial Brasileira em Cabo Verde. Esse encontro proporcionou para os empresários brasileiros uma chance para mostrar seus produtos como destaca Rizze (2012):

Aproximadamente 120 empresas estiveram representadas, nos setores de produtos alimentícios, utilidades domésticas, livros e publicações, papelaria, máquinas gráficas, material de construção, equipamentos de telecomunicações, brinquedos, calçados, eletrodomésticos, equipamentos de escritórios, têxteis, maquinaria agrícola e petroquímica (RIZZI, 2012, p. 119).

As relações comerciais bilaterais estabelecidas pelo governo Brasileiro para Cabo Verde serão fundamentais para a introdução das empresas brasileiras no tão sonhado mercado africano. Esses inúmeros acordos possibilitarão a expansão da atuação do governo brasileiro no continente africano. E para os Cabo Verdianos a aproximação com o governo brasileiro possibilitaria o aprimoramento em áreas estruturais da sociedade cabo-verdiana.

#### **4.4 Memorando de Entendimento para Estabelecimento de um Programa Plurianual de Cooperação**

Após a independência Cabo Verde ainda passava por dificuldades estruturais em setores primordiais para o seu desenvolvimento. E é pensando na solução dessas demandas que em julho de 1986 o governo brasileiro recebeu uma visita composta por militares cabo-verdianos que buscavam interesse na “formação de recursos, seja em órgãos militares ou em instituições civis ou em empresas privadas” (RIZZI, 2012, p. 116). O governo brasileiro seria o parceiro ideal para a concretização de acordos voltados para a infraestrutura do governo cabo-verdiano.

E visando no fortalecimento e ampliação dessas relações ambos os governos assinam em 19 de março de 1987 o Memorando de Entendimento para Estabelecimento de um Programa Plurianual de Cooperação, nesse acordo o governo da República de Cabo Verde solicitou que o governo do Brasil atendesse os seguintes pontos:

a) a possibilidade de adoção de um programa plurianual de formação de quadros de oficiais, no período de 1987/1990, nos setores de finanças, intendência, técnica de administração e psicotécnica militar, mediante a concessão de bolsas a candidatos das forças armadas e da segurança cabo-verdiana;

b) exame de programa similar para sargentos do exército, de capacitação profissional no período 1987/1990 nas áreas de mecânica, eletricidade, administração, psicotécnica militar, comunicação social, manutenção de equipamentos de engenharia e formação de dirigentes bandas militares;

c) participação de oficiais da polícia militar cabo-verdiana em cursos da academia de polícia militar de Minas Gerais;

d) estabelecimento de um programa de cooperação técnica em formação profissional para sargentos nas áreas de automecânica, eletricidade (construção civil), informática, cinema/TV e carpintaria marcenaria, em cursos no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);

e) estabelecimento de um programa de formação para a polícia civil cabo-verdiana;

f) treinamento em educação física na Escola de Educação Física do Exército do Brasil para candidatos cabo-verdianos incluindo bolsas de estudo, e o envio a Cabo Verde de instrutor para estabelecer um Centro de Educação Física nas Forças Armadas.

As relações bilaterais entre os dois países desde a década de 1970 sempre foi voltada para a capacitação técnica cabo-verdiana. A formação de recursos humanos foi de suma importância para os mais variados setores existentes no país, a capacitação do corpo militar em escolas das forças armadas brasileiras, configura o nível emergencial dessas relações, “a cooperação militar também consiste na transferência de conhecimentos técnicos e de novas tecnologias” (GOMES, 2014, p. 28).

O governo cabo-verdiano buscou nas forças armadas, brasileiras um modelo para o seu aprofundamento técnico na área militar e de polícia. O governo viabilizou por meio desse acordo, apoio material para instalações militares e de polícia.

Seria igualmente de interesse o fornecimento de equipamento de escritórios diversos para instalações militares e da polícia, bem como de material desportivo e de ginástica para a prática de futebol, basquetebol, voleibol, judô e karatê, atletismo e ginástica (salto, halteres, barras, etc.), material de construção e equipamento para polícia (MEMORANDO, 1987, p. 2).

Os anos de 1980 foram marcados por dificuldades econômicas existentes entre ambos os lados do atlântico. No lado africano após o período de independência vários países encontravam-se mergulhados em crises econômicas. Penha (2011) aponta que uma das causas principais para a crise econômica africana foi o endividamento externo. As relações políticas e econômicas com o continente africano eram taxadas como inseguras, pelo cenário

internacional, essa insegurança impossibilitava a realização de novos acordos econômicos, comerciais, tecnológicos e de cooperação.

Apesar da constante insegurança enfatizada pelo cenário internacional em relação ao continente africano, o governo brasileiro continuou com sua política externa voltada para a manutenção e ampliação das relações com a África. Do outro lado existia uma jovem nação em desenvolvimento que almejava melhorias em todos os aspectos da sociedade.

#### **4.5 Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP)**

A criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), tem como ponto de partida a realização de um encontro realizado no dia 1 de novembro de 1989 em São Luís do Maranhão, a convite do então presidente do Brasil José Sarney, estiveram presentes os chefes de Estado de Angola, Brasil, Portugal, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, com intuito de criar uma instituição que ficaria responsável pelo fortalecimento cultural, desses países baseado na preservação da língua padrão portuguesa. Logo abaixo a foto dos chefes de Estado dos países oficiais de língua portuguesa:



Fonte: O Estado do Maranhão (1989).

A importância desse Instituto seria um ponto primordial pois “consolidará um pluralismo cultural, que estabelece duplo desafio: identificar os traços culturais que são comuns a várias nações, e, igualmente, preservar os elementos que as diferenciam. A língua portuguesa será assim um instrumento de progresso.” (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; 1989, p.512). A língua era a herança comum entre esses países e por isso seu processo de valorização ganharia destaque entre os defensores desse projeto, caberia a ela dar

unidade a esses países.

Em seu discurso de abertura proferido na abertura da reunião com os chefes de Estado, reunidos no Palácio dos Leões no dia 1º de novembro de 1989 Sarney enaltece:

É com grande satisfação que recebo vossas excelências e suas ilustres comitivas em São Luís do Maranhão para esta reunião em que, juntos, procuramos unir ainda mais nossos laços comuns da história, das nossas raízes, de nossa inseparável amizade. Esta cidade é um símbolo da era colonial, de nossas lutas da conquista, de nossas vicissitudes, do arrojo e da tenacidade de nossos antepassados, marcados pela mesma arquitetura, cultura e valores, como muitas das nossas cidades da África, igual a outras mais de Portugal. (SARNEY – DISCURSO DE ABERTURA, 1989, p.514).

Os laços históricos e culturais que interligavam o Brasil, e o continente africano, seriam utilizados pela política externa brasileira no processo de aproximação entre a África. A própria criação de uma comunidade que reunisse todos os países que falavam o português faziam parte da lógica culturalista. Os laços históricos e culturais eram discursos utilizados desde os de 1960, pela política africana brasileira, para estreitar aproximações com ex-colônias da chamada África portuguesa “recebemos uma herança comum: a língua portuguesa, a língua é instrumento de unidade, através dela podemos transmitir sentimentos, aspirações e esperanças. (SARNEY, 1989, p.84).

A realização desse encontro foi um marco no processo de aproximação, entre os países de expressão de língua portuguesa, neste encontro os representantes de cada país, lançariam a base para a criação de uma instituição que iria estreitar ainda mais as relações já existentes entre essas nações, só que nessa situação a língua portuguesa seria o principal destaque pois “ a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, cuja função básica será o fortalecimento cultural desses países baseado na preservação da língua padrão”. ( O ESTADO DO MARANHÃO, 31/10/1989, P.2).

O amadurecimento das relações entre os países de expressão portuguesa, fez com esse momento fosse propício para o aprofundamento dos laços culturais e, portanto, a língua comum seria o meio natural para esse diálogo de cooperação e integração em diversos campos da cultura, da formação técnica e profissional desses países.

O ponto de partida para criação do IILP foi dado em São Luís do Maranhão em 1989, mas foi somente 10 anos depois na VI reunião dos Chefes de Estado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa realizado em São Tomé e Príncipe que o IILP se tornou realidade, nesta ocasião aprovou-se os Estatutos do Instituto, e escolheriam a cidade de Praia em Cabo Verde para ser a sede.

Conforme os seus Estatutos o IILP estar diretamente vinculado as ações da CPLP, como destaca o artigo 1º

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é a Instituição da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) que, à luz da estratégia definida pela comunidade, visa a construção de políticas concertadas de promoção e difusão da Língua portuguesa, conducentes a sua internacionalização efetiva e afirmação como Língua Global. (DECRETO nº12/2012, s.p)

O mesmo possui autonomia própria, para dar seguimento as suas eventuais atribuições no processo de difusão da Língua portuguesa, o que lhe garante uma autonomia, administrativa, científica e patrimonial. Para discutir elementos inerentes ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa, destacamos os itens que compõe o Artigo nº 4. O IILP tem por missão a promoção, a valorização e a difusão da língua Portuguesa como:

- I) Língua de expressão de diferentes culturas;
- II) Língua de comunicação global e de utilização oficial em fora internacional;
- III) Língua de educação, formação e informação;
- IV) Língua de conhecimento científico e tecnológico;
- V) Língua de negócios e de desenvolvimento socioeconômico.

São atribuições gerais do IILP:

- a) Elaborar e executar planos estratégicos e consequentes programas e projetos conducentes à internacionalização efetiva da Língua Portuguesa, nomeadamente junto de organização internacionais e regionais;
- b) Promover e acompanhar e apoiar a execução de projetos culturais, numa perspectiva integrada e de interculturalidade, de difusão da Língua Portuguesa;
- c) Fomentar a promoção do conhecimento da Língua Portuguesa e das Culturas da CPLP, nomeadamente, através do estabelecimento de redes de investigação e de intercâmbio de experiências;
- d) Promover e acompanhar o desenvolvimento de instrumentos de normalização linguística comum;
- e) Propor ou avaliar projetos multilaterais de apoio ao desenvolvimento e otimização das competências em Língua Portuguesa em Estados membros da CPLP;
- f) Apoiar a adequada articulação entre Língua e as demais línguas nacionais;
- g) Assegura a representação da CPLP em fora internacional sobre multilinguismo e multiculturalismo, por delegação do Secretário Executivo da CPLP;



h) Colaborar com instituições dos Estados membros e de Estados terceiros no desenvolvimento de projetos relevantes para a língua Portuguesa.

Dentre os projetos que dão consistência ao processo de difusão da língua portuguesa proposto pelo IILP é válido destacarmos a importância de dois desses projetos, a Revista Platô e o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC).

A Revista Platô é uma publicação internacional destinada a registrar os diferentes trabalhos realizados pelo IILP, a revista tem um formato digital, de acesso público gratuito e aberta a publicação de trabalhos, que abordam a diversidade linguística dos países de língua portuguesa.

Já o vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC) é uma plataforma que dispõe de todos os instrumentos que determinam legalmente a ortografia da língua portuguesa. Foi criado em 1990 pelos países da CPLP e permitirá que todos os falantes e estudantes da língua portuguesa tenham acesso livre a recursos oficiais comuns para a aplicação das regras ortográficas.

Logo, percebe-se que criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, baseou-se em estabelecer laços vinculados aos aspectos linguísticos existentes entre esses países. Caberia a todos os membros do IILP, realizar ações conjuntas para afirmar e difundir a Língua Portuguesa pelo mundo.

#### **4.6 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

A criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tem como ponto de partida o ano de 1989, um encontro seria organizado pelo então presidente do Brasil, José Sarney, em São Luís-MA. Nesta ocasião estavam presentes os chefes de Estado dos principais países de língua portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste).

A institucionalização e concretização da CPLP ocorreram somente em julho de 1996, na I conferência de Chefes de Estado e de Governos dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa. Essa instituição foi relevante para o fortalecimento das trocas políticas, econômicas e culturais entre o Brasil e Cabo Verde. Logo abaixo a foto da destaque para os governantes dos países de língua portuguesa que fazem parte da CPLP:



Fonte: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), 2017.

É válido destacar que a CPLP possui três aspectos gerais que serviram como base para o estreitamento entre o governo brasileiro e cabo-verdiano, são as seguintes:

- a) A conservação político-diplomático entre os seus membros em matéria de relações Internacionais;
- b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- c) A materialização de projetos e promoção e difusão da Língua Portuguesa.

A CPLP com base nos seus estatutos atua para que haja o igualitarismo de soberania dos membros; respeito pela sua identidade nacional; respeito pela sua integridade territorial; promoção pelo desenvolvimento; a reciprocidade de tratamento; e promoção da cooperação mutuamente vantajosa. Diante disso percebemos que por meio desses estatutos a CPLP foi criada para prezar pela unidade e individualidade de cada membro.

A atuação do Brasil e Portugal frente a CPLP seria analisado por Freixo (2006) no qual destaca “que para Portugal, a sua hegemonia dentro desta organização é uma espécie de direito histórico”. E referente a atuação do Brasil o autor aponta “que via CPLP, o Brasil poderia formar com a África do Sul e com Angola um triângulo estratégico no Atlântico Sul”. Deste modo percebe-se que esses dois países colocavam seus interesses individuais a frente aos países africanos que fazem parte da CPLP, sendo que esses países na sua maioria eram recém-independentes do julgo colonial.

Dentro do processo de construção da CPLP, os países africanos sofreriam dificuldades na construção da comunidade, é válido apontar que esses países, possuíam feridas não cicatrizadas do período colonialista e por isso viam com desconfiança a Comunidade. É importante frisar que a atuação desses países ficaria limitado, devido a problemas estruturais internos a exemplo podemos citar Cabo Verde que sofre com a escassez de água e terras para o plantio e sua economia se mantém graças, a ajuda que vem de fora do país, devido ao grande número de cabo-verdianos que migraram para outros países em busca de empregos.

É possível observar que os países africanos possuem uma voz amena dentro da CPLP, pois os mesmos buscam parcerias internacionais para sanar os problemas econômicos e sociais. Dentro da CPLP Portugal e Brasil são atores maiores e devido a isso atuam de maneira seletiva quanto a sua política de investimentos voltada para esses países.

De uma forma geral, estes acordos pautados na cooperação mútua demonstram o quanto o governo brasileiro buscava se inserir nas dinâmicas do comércio internacional, frentes tais objetivos o mercado cabo-verdiano constituiu um caminho importante para expandir os negócios e empresas nacionais. Para materializar com êxito “face o reduzido grau de contatos do Brasil com a África no período, a diplomacia brasileira identificou na CPLP, a possibilidade de manter parte dessas relações a partir do argumento da cooperação técnica” (RIZZI, 2012, p.169). Por destas medidas o Brasil, muitas vezes, utilizou como estratégia os discursos de solidariedade e irmandade, disfarçados de interesses políticos e econômicos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos analisar os principais acordos estabelecidos entre Brasil e Cabo Verde, por meio das ações diplomáticas desenvolvidas pelo governo brasileiro nos anos de 1970 a 1990. A aproximação do governo brasileiro após um longo período de estagnação e silêncio para com continente africano, fez com os idealizadores da política africana utilizassem das nossas familiaridades históricas e culturais com a África, formulassem um discurso culturalista, baseado na crença de que o brasileiro tem uma dívida histórica para com os africanos. Por isso enalteciam que o Brasil era fruto de duas heranças um ocidental e outra africana.

O governo brasileiro por meio desse discurso de “irmãos além-mar” buscava projetar uma boa imagem para os africanos, tendo como objetivo a facilitação de contatos comerciais, políticos e culturais. As ilusões criadas pelo governo por meio do discurso culturalista com ficaria evidente, por meio da falta de conhecimento dos brasileiros sobre o continente africano.

O governo brasileiro passava para os africanos a ideia de em nosso país era o mais democrático quanto a questão racial. Os africanos viam no Brasil um exemplo a ser seguido, somente depois viram que essa era apenas uma falácia criada pelo discurso culturalista.

Mediante toda esta conjuntura, é fato que desde meados da década de 1950, iniciou-se um processo de direcionamento para Cabo Verde, e de acordo com Saraiva (1996), foi nítido o anseio do governo brasileiro em reatar os laços com os chamados “irmãos além-mar”. Todavia a partir das análises realizadas, observamos que havia reais interesses para além da relação de “amizade”, pois é indubitável que o Brasil precisava de um espaço para enviar os seus produtos, instalar suas empresas, ou seja, ter mercado disponível. É importante enfatizar que o governo cabo-verdiano também buscava uma forma de se expandir suas relações comerciais, de forma que não estivesse mais atrelado a imagem de uma ex-colônia portuguesa, mas uma nação em desenvolvimento que almejava o avanço em todos os aspectos da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Instalação do Encontro dos Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa. 1989. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>> Acesso em 5 de junho de 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto Legislativo. 1989. Disponível em <https://www2.camara.leg.br>> Acesso em 05 de junho de 2018.

CARDOSO, M. **Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: educação e infraestruturas como fatores de desenvolvimento**. Porto: Edições Afrontamentos, 2007.

CASTRO, A. J. **Países africanos de língua oficial portuguesa: reflexões sobre história, desenvolvimento e administração**. São Paulo, FUNDAP, 1992.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). Estatutos.2007. Disponível em: < <http://www.cplp.org/>>. Acesso em: 07 de abril de 2016.

COUTINHO, K. R. G. **Análise da política externa de Cabo Verde (1975 a 1990): a configuração e atuação da política externa de Cabo Verde durante a guerra fria**. Monografia (Bacharel em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, DF, 2015.

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o desafio da descolonização africana, 1950-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FALCON, Francisco. **História e poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.

FERREIRA, W. **A África na política externa brasileira: análise de distanciamento e aproximações entre as décadas de 1950 a 1980**. Revista Acadêmica de Relações Internacionais. v.2, n.4, p.125-152, [200?].

FURTADO, C.A. **Cooperação para o desenvolvimento entre o Brasil e Cabo Verde: possibilidades e limites**. Revista Olhares Sociais.v.2, n.1, p.221-245, 2013.

FREIXO, A. **Dez anos da CPLP: as perspectivas de integração do mundo de língua portuguesa**. Cena Internacional–Revista de Análise em Política Internacional. n. 1, 2006.

GOMES, J. R. **Relações Bilaterais Brasil/Cabo Verde no Âmbito da Cooperação técnica Educacional do Governo Lula (2003/2010)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Universidade Federal do Piauí, PI, 2014.

HERNANDEZ, Leila. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

INTITUTO INTERNACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA (IILP). Estatutos.2012. Disponível em < <http://www.cplp.org/>> Acesso em 18 de junho de 2016.

LECHINI, Gladys. **O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty**. Revista Nueva Sociedad. p. 55-71. 2008.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador**. Trad: Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Editora: Civilização Brasileira, 2007.

MORAIS, Oziel Duarte. **A cooperação entre Brasil e Cabo Verde: uma análise a partir dos convênios no ensino superior**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas: Unicamp, 2013.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EUFBA,2011. Marinha do Brasil. Disponível em: <[http://www.mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/html/programa.html](http://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/html/programa.html)> Acesso em: 10 de março de 2015.

PEREIRA, D. A. **Das Relações Históricas Cabo Verde – Brasil**. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2011.

PEREIRA, L. C. **Cabo Verde: da descolonização à abertura democrática**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa-Portugal, 2013.

REIS, L. N. **O centro de estudos-orientais da universidade federal da Bahia: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964)**. Dissertação de mestrado em Estudos Étnicos e Africanos. Salvador, 2010.

RIZZI, Kamilla. **O grande Brasil e os pequenos PALOP: política externa brasileira para cabo verde, guiné bissau e são tomé e príncipe (1974-2010)**, Porto Alegre, 2012.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

SANTANA, Ivo de. **A experiência empresarial brasileira na África (1970 a 1990)**. Salvador: Ponto & Vírgula, 2004.

SARAIVA José Flávio Sombra. **O Lugar da África:** a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

SERRANO, Carlos. **O processo e constituição dos estados nacionais e as questões culturais.** São Paulo. Fundap, 1992.

**ANEXO A – TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE  
CABO VERDE**

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde  
INSPIRADOS pelo propósito de afirmar, em solene documento, os fraternos laços que  
unem o Brasil e Cabo Verde,

CONSCIENTES de que laços históricos e culturais constituem fundamento sólido para  
a cooperação entre os dois Estados,

CONSCIENTES ainda de que a colaboração franca e aberta entre os dois Governos já  
se desenvolve satisfatoriamente, com benefícios mútuos,

DISPOSTOS a prosseguir na cooperação tão auspiciosamente inaugurada pelo  
Memorandum de Entendimento, firmado em Mindelo em 25 de junho de 1976,

CERTOS DE QUE, para a realização plena dos princípios enunciados e para o  
desenvolvimento integral e autônomo dos dois países, seria importante estabelecer mecanismos  
que tornassem ainda mais concretos e efetivos os laços que unem o Brasil e Cabo Verde,

DECIDIDOS a regular em bases seguras e articular em uma base institucional as  
relações de cooperação entre os dois países,

RESOLVEM celebrar o seguinte Tratado de Amizade e Cooperação:

**ARTIGO I**

As Altas Partes Contratantes reconhecem a existência de laços de amizade e  
solidariedade entre os respectivos povos e prosseguirão uma política comum com vista a  
reforçar estes laços.

As formas de cooperação nos vários domínios, em particular no econômico, comercial,  
financeiro, técnico, científico, cultural e judicial, serão definidas por acordos especiais, que  
concretizarão o presente Tratado.

**ARTIGO II**



As formas de cooperação a que se refere o Artigo I serão estabelecidas por via diplomática ou através da Comissão Mista de Cooperação Brasileiro-Cabo-verdiana, instituída pelo presente instrumento em seu Artigo III.

### **ARTIGO III**

Fica instituída a Comissão Mista de Cooperação Brasileiro-Cabo-verdiana que terá por finalidade fortalecer a cooperação entre os dois países, analisar os assuntos de interesse comum e propor aos respectivos Governos as medidas que julgar pertinentes.

Parágrafo Primeiro - A Comissão será composta de uma seção de cada Parte.

Parágrafo Segundo: - O Regulamento da Comissão será redigido pela própria Comissão e aprovado pelos dois Governos por troca de notas.

### **ARTIGO IV**

O Brasil e Cabo Verde empenharão os máximos esforços para lograr a progressiva ampliação e diversificação do intercâmbio comercial, mediante utilização adequada das oportunidades que se apresentarem. Nesse sentido, as altas Partes Contratantes se dispõem a conceder todas as facilidades legais compatíveis com as obrigações internacionais assumidas pelos dois países para eliminar entraves ao comércio bilateral.

### **ARTIGO V**

As Altas Partes Contratantes estimularão, dentro do quadro de co-participação e de conformidade com suas respectivas legislações nacionais, investimentos destinados a impulsionar a cooperação econômica mútua.

### **ARTIGO VI**

A fim de cooperar com os planos de desenvolvimento da República de Cabo Verde, o Governo da República Federativa do Brasil estudará as possibilidades de estender a Cabo Verde linhas de crédito para importação de produtos e serviços brasileiros.

### **ARTIGO VII**

A fim de promover o comércio recíproco, Brasil e Cabo Verde estudarão, conjuntamente, medidas necessárias ao incremento das comunicações e dos transportes entre os dois países.

### **ARTIGO VIII**

As Altas Partes Contratantes analisarão formas mais eficazes de ampliar a cooperação

bilateral nos campos da educação, ciência e cultura.

#### **ARTIGO IX**

As Partes Contratantes, reconhecendo as vantagens recíprocas de uma cooperação científica e técnica ampla e bem ordenada, comprometem-se a estimulá-la pelos meios adequados. Para tanto, as Altas Partes Contratantes convêm em envidar os melhores esforços para a plena execução do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e Cabo Verde, assinado em Brasília, em 28 de abril de 1977.

#### **ARTIGO X**

Logo que possível as Altas Partes Contratantes encetarão negociações destinadas a regular, levadas em conta as respectivas legislações nacionais, o estatuto pessoal e o regime de bens dos cabo-verdianos residentes no Brasil e dos brasileiros residentes em Cabo Verde.

#### **ARTIGO XI**

O presente Tratado entrará em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação e terá duração indeterminada, podendo ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes mediante aviso prévio de um ano.

FEITO em Brasília, aos, sete dias do mês de fevereiro de 1979, em dois exemplares, ambos na língua portuguesa, os dois fazendo igualmente fé.